



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG

FÁBIO OLIVEIRA GUERRA

**MENSURAÇÃO DA EFICIÊNCIA FISCAL DOS GOVERNOS MUNICIPAIS: UMA  
ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA,  
PB**

SOSA - PB  
2016



FÁBIO OLIVEIRA GUERRA

**MENSURAÇÃO DA EFICIÊNCIA FISCAL DOS GOVERNOS MUNICIPAIS: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA, PB**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande – UFCG sob a forma de relatório técnico, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, para obtenção do título de Mestre.

**Orientador:** Prof. Dr. José Ribamar Marques de Carvalho

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL  
CAMPUS SOUSA/CCJS/UFCG

DIS  
G934m

Guerra, Fábio Oliveira.

Mensuração da eficiência fiscal dos governos municipais: uma análise dos municípios da região metropolitana de João Pessoa / Fábio Oliveira Guerra. - Sousa, 2016.

103 fls.

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2016.

"Orientação: Prof.º Dr.º. José Ribamar Marques de Carvalho".

Referências.

1. Gestão Pública. 2. Indicadores Fiscais. 3. Percepção dos Gestores Fiscais. 4. Eficiência Fiscal. 5. Análise Fatorial. 6. Promethee II. I. Carvalho, José Ribamar Marques de. II. Título.

UFCG/CCJS

CDU 35 (813.3)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROFIAP / UFCCG / CCJS

ATA DE DEFESA – TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL (TCF)

**CANDIDATO (A): FÁBIO OLIVEIRA GUERRA**

**CPF.:** 559.760.344-20

**NÍVEL:** Mestrado Profissional (MP)

**DATA DA DEFESA:** 11/08/2016

**HORÁRIO DE INÍCIO:** 14h00min **TÉRMINO:** 16:00

**LOCAL:** Universidade Federal de Campina Grande / Centro de Ciências Jurídicas e Sociais / Rua, Sinfrônio Nazaré, 38, centro, Sousa, PB, CEP: 58.800-240 – Sala – PROFIAP UFCCG/CCJS.

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

NOME COMPLETO	CPF	FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM	OBSERVAÇÃO
Prof. Dr. José Ribamar Marques de Carvalho	022.037.624-70	Orientador	PROFIAP UFCCG/CCJS	
Prof. Dr. Ítalo Fittipaldi	484.216.934-68	Titular	UFPB	
Prof. Dr. Luiz Antonio Coêlho da Silva	029.308.854-32	Titular	PROFIAP UFCCG/CCJS	

**TÍTULO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL (TCF):** Mensuração da Eficiência Fiscal dos Governos Municipais: Uma Análise dos Municípios da Região Metropolitana de João Pessoa-PB.

Em sessão pública, após exposição realizada no dia 11/08/2016, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da banca, tendo a banca chegado ao seguinte resultado:

- Aprovação  
 Em exigência;  
 Indeterminado;  
 Reprovado.

Na forma regulamentar e conforme legislação da PRPG / UFCCG, foi lavrada a presente ata, que é abaixo assinada pelos membros da banca, na ordem acima relacionada, pelo candidato e pelo coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Sousa, PB, 11 de agosto de 2016.

Assinaturas:

Presidente (orientador): Jose Ribamar M. de Carvalho  
Membro Interno: Luiz Antonio Coelho da Silva  
Membro Externo: Italo Fittipaldi  
Candidato (a): \_\_\_\_\_  
Coordenação do Programa: Colane C. Reis da Silva

OBS.: O aluno deverá encaminhar à coordenação do PROFIAP UFCCG / CCJS, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da defesa, um exemplar impresso definitivo do TCF e um arquivo em pdf.

Dedico este trabalho a minha esposa, Cecinha Guerra, por sua compreensão e companheirismo demonstrado durante a extensa trajetória percorrida, bem como as minhas filhas, Yara e Yasmin Guerra pela torcida e abdicção do nosso tempo de convivência.

Ao meu irmão, Ricardo Oliveira Guerra, pelo apoio didático e incentivo incondicional apesar da distância e da limitação de tempo.

A Victor Vidal de Negreiros Bezerra e Thiago Francisco Silva de Oliveira (Chico), companheiros de boas conversas e gargalhadas nos mais de 20.000 km rodados juntos durante a nossa caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter oportunizado saúde e disposição para enfrentar mais este desafio na minha vida.

Agradeço também a José Ribamar Marques de Carvalho, que além de orientador foi amigo e companheiro nessa difícil tarefa de produzir conhecimento, orientando sempre continuando avançando. Para você Ribamar a minha eterna gratidão.

A todos os professores que fizeram parte do corpo docente do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública/Profiap/UFCG pelos ensinamentos repassados, bem como dos funcionários da UFCG – Campus Sousa pela atenção dispensada.

Aos companheiros discentes do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública/Profiap/UFCG pela convivência e amizade construída a base de muita dedicação e perseverança.

## RESUMO

A busca pela eficiência é considerada um ideal para a administração moderna, seja ela pública ou privada. Fazer mais com menos se torna imperativo principalmente nos tempos de crise. Sabe-se que a municipalidade possui papel preponderante no que concerne as relações Estado X Sociedade, em especial no que diz respeito à gestão pública e otimização dos recursos disponíveis. O presente trabalho tem como objetivo avaliar a eficiência fiscal dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa - PB. Em termos metodológicos, quanto a natureza classifica-se em pesquisa aplicada, quanto aos objetivos em descritiva e exploratória, quanto aos procedimentos bibliográfica *ex-post facto* e quanto a abordagem do problema é de natureza quali-quantitativa. Foram investigados os 12 municípios da Região Metropolitana de João Pessoa no ano de 2015, em razão da importância regional e da disponibilidade de dados, sendo coletadas informações acerca de 20 indicadores referenciados pela literatura. Em função da indisponibilidade de alguns dados, foram imputados 7 variáveis de um total 198. Foi elaborado um ranking dos municípios utilizando-se do método PROMETHEE II. Como resultado, identificou-se que os municípios melhores colocados foram os de maior PIB per capita, a exceção do município de Caaporã, carecendo de uma maior investigação este fenômeno. O estudo explicita a necessidade do acompanhamento sistemático das gestões públicas e de suas ações através dos indicadores, como forma de se alcançar uma gestão fiscal eficiente.

**Palavras-chave:** Gestão Pública. Indicadores Fiscais. Percepção dos Gestores Fiscais. Eficiência Fiscal. Análise Fatorial. Promethee II.

## ABSTRACT

The search for efficiency is considered an ideal for modern administration, be it public or private. Doing more with less becomes imperative especially in times of economic crisis. It is also known that the municipality has leading role regarding the relationship State X Society, particularly with regard to public management and optimization of available resources. This study aims to evaluate the tax efficiency of the Metropolitan Region of João Pessoa- PB. In methodological terms, the nature is classified in applied research, as the objectives in descriptive and exploratory, as the literature ex-post facto procedures and how to approach the problem is quali-quantitative nature. We investigated the 12 municipalities in the metropolitan region of João Pessoa in 2015, due to the regional importance and availability of data, collected information about 20 indicators referenced in the literature. Due to the unavailability of some data were imputed 7 variables of a total 198. It was developing a ranking of municipalities using the PROMETHEE II method. As a result, it was found that the best placed municipalities had the highest GDP *per capita*, except for the municipality of Caaporã, lacking further research this phenomenon. The study explains the need for systematic monitoring of public administrations and their actions through the indicators, in order to achieve an efficient fiscal management.

**Keywords:** Public Administration. Fiscal Indicators. Perception of Tax Managers. Fiscal Efficiency. Factor Analysis. Promethee II.

## LISTA DE SIGLAS

AF – Análise Fatorial

DEA - *Data Envelopment Analysis*

FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IND – Indicador

KMO - *Kaiser-Meyer-Okin*

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

NPM – *New Public Management*

NGP – Nova Gestão Pública

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

RGF – Relatório de Gestão Fiscal

RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária

SISTN – Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação

SPSS - *Statistical Package Social Science*

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCE/PB – Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Público Alvo da Pesquisa.....	35
<b>Tabela 2</b> - Região Metropolitana de João Pessoa.....	37
<b>Tabela 3</b> - KMO and Bartlett's Test.....	42
<b>Tabela 4</b> - Matriz Anti-imagem.....	43
<b>Tabela 5</b> - Comunalidades.....	44
<b>Tabela 6</b> - Variância de Fatores.....	45
<b>Tabela 7</b> - Matriz Componente.....	46
<b>Tabela 8</b> - Resultados Fator 1 – Endividamento.....	50
<b>Tabela 9</b> - Resultados Fator 2 – Desempenho da Arrecadação.....	51
<b>Tabela 10</b> - Resultados Fator 3 – Custo do Investimento Público.....	52
<b>Tabela 11</b> - Resultados Fator 4 – Relações de Dependência.....	53
<b>Tabela 12</b> - Ranking Geral – 2015.....	54

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Dados não disponibilizados.....	40
<b>Quadro 2</b> - Fator 1 - Endividamento.....	47
<b>Quadro 3</b> - Fator 2 - Desempenho da Arrecadação.....	47
<b>Quadro 4</b> - Fator 3 - Custo do Investimento Público.....	48
<b>Quadro 5</b> - Fator 4 - Relações de Dependência.....	48

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Objetivos.....</b>	<b>14</b>
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Conceito e Objetivos da Administração Pública.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 A Administração Pública do Estado Moderno.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3 A Nova Gestão Pública – NGP.....</b>	<b>18</b>
<b>2.4 O Contexto Brasileiro.....</b>	<b>20</b>
<b>2.5 Avaliação de Desempenho e a Mensuração da Eficiência na Gestão Pública...</b>	<b>23</b>
<b>2.6 Indicadores de Eficiência Fiscal.....</b>	<b>27</b>
2.6.1 Indicadores endividamento.....	27
2.6.2 Indicadores desempenho da arrecadação.....	29
2.6.3 Indicadores custo do investimento público.....	30
2.6.4 Indicadores relação de dependência.....	31
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
<b>3.1 Classificação Metodológica da Pesquisa.....</b>	<b>34</b>
<b>3.2 Seleção das Variáveis do Estudo.....</b>	<b>34</b>
<b>3.3 Universo da Pesquisa.....</b>	<b>36</b>
<b>3.4 Lapso Temporal Pesquisado.....</b>	<b>37</b>
<b>3.5 Comparabilidade dos Dados.....</b>	<b>37</b>
<b>3.6 Análise Multicritério dos Dados.....</b>	<b>38</b>
<b>3.7 Limitações do Método PROMETHEE II.....</b>	<b>39</b>
<b>3.8 Problemas na Coleta de Dados.....</b>	<b>39</b>
<b>3.9 Solução Adotada.....</b>	<b>40</b>
<b>4 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>42</b>
<b>4.1 Apresentação e Discussão dos Resultados.....</b>	<b>42</b>
<b>4.2 Eficiência Fiscal à Luz dos Resultados Obtidos.....</b>	<b>50</b>

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Após a constatação da impossibilidade da implementação e manutenção do “Estado do Bem-Estar”, por grande parte dos países, no período do pós-guerra, as democracias mundiais se viram obrigadas a buscar novas soluções que coadunassem com os anseios e necessidades da sociedade carente de serviços públicos de qualidade. Vianna (1998) define o Estado do Bem-Estar, como sendo “uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico. Tais transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, integração e substituição de renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário da economia, afetando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora”.

A resposta a essas demandas veio sob o jugo de uma nova forma dos governos prestarem os seus serviços para a população e se desenhou através de um novo modelo gerencial chamado *New Public Management*, ou Nova Gestão Pública (NGP).

Matias-Pereira (2010) define a Nova Gestão Pública como um conjunto de argumentos e filosofias administrativas propostas como um novo paradigma de gestão pública a partir do surgimento dos temas: crise e reforma do Estado. Em seu bojo, a Nova Gestão Pública se embasa na definição de uma nova ótica do Estado, no que concerne ao seu papel perante a sociedade. Papel este que deveria ser revisto, devendo obrigatoriamente enaltecer os conceitos de eficiência, eficácia e melhoria na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Para tanto, a nova ordem obrigou as instituições públicas a formatarem as suas atividades e produtos de maneira que pudessem ser mensuráveis e controláveis, de forma que os processos e procedimentos fossem traduzidos e medidos sob a forma de indicadores. Para Olías (2001), os conceitos da Nova Gestão Pública eram baseados na redução do tamanho do setor público, na maior autonomia e responsabilidade dos gestores, na ênfase nos resultados e na necessidade de serem medidos (indicadores de avaliação), no equilíbrio financeiro, na qualidade na prestação dos serviços públicos e na transparência da informação (*accountability*).

A partir dessa conjuntura, forjou-se o conceito da Gestão para Resultado, ou *Managing for Results*. A Gestão para Resultados derivou-se dos estudos relacionados à Administração por Objetivos, que teve como precursor o livro “*Managing for Result-Taking*

*Decisions: Economic Tasks and Risk*” de Drucker (1964). Voltado, em princípio, para o setor privado, a Gestão para Resultado seria adequada para o setor Público, configurando a transformação da administração baseada na burocracia para a nova administração dita gerencial. Vale ressaltar o tamanho da dificuldade inerente ao monitoramento e avaliação dos resultados desta última, tendo em vista que os produtos a serem mensurados estão relacionados com a equidade e a universalização dos serviços prestados ao cidadão.

Neste sentido, o Brasil também aderiu aos conceitos da Nova Administração Pública, de forma mais latente, a partir dos governos Fernando Henrique Cardoso - FHC (1994/1998 e 1998/2002). Atrelado ao mencionado ideário, o Governo Brasileiro regulamentou os mecanismos de aferição que iriam embasar a sua nova gestão pública, focada na definição de objetivos, elaboração de metas de desempenho e de indicadores de resultado. Para tanto, se valeu dos princípios tais como a privatização de empresas estatais, a criação de agências reguladoras, o aumento das concessões de serviços públicos e a introdução de políticas que fomentavam uma maior transparência dos serviços e gastos públicos.

O marco regulatório foi, sem dúvida, a edição da Lei Complementar nº 101/2000, a conhecida Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000). Este instituto baliza até hoje a ação dos entes federativos no que concerne ao planejamento, execução, fiscalização e transparência do seu *múnus público*. Diante do seu caráter coercitivo, todos os entes, a partir de então, são obrigados a prestar contas de suas atividades, através da disponibilização de informações parametrizadas de todas as suas receitas, gastos e ações. Desta forma, foi criado um imenso banco de dados do qual pode-se verificar, através de indicadores pré-estabelecidos, o desempenho da União, de cada uma das 27 unidades federadas e dos 5.570 municípios brasileiros. Tal acervo se tornou um manancial de informações detalhadas, das quais se pode averiguar a eficiência das gestões administradas pelos diversos gestores públicos brasileiros.

Vários estudos vêm sendo realizados dentro do contexto da temática da eficiência fiscal, a exemplo de Júnior e Gasparini (2006) que avaliou como o Fundo de Participação dos Estados (FPE) atende aos objetivos da redistribuição de recursos à luz da Constituição Federal de 1988 e qual a medida de seu impacto na eficiência da gestão pública, assim como afirmam Zoghbi, Rocha, Matos e Arvate (2009), a respeito do desempenho e da eficiência relativa aos dispêndios dos Estados brasileiros, relacionados aos gastos com educação nos níveis fundamental e médio.

Também é possível citar os estudos desenvolvidos por Faria, Jannuzzi e Silva (2008) acerca da eficiência dos gastos municipais nas áreas de saúde e educação do Estado do Rio de

Janeiro, utilizando como ferramenta de observação a Análise Envoltória de Dados ou *Data Envelopment Analysis – DEA*. Já Gerigk e Clemente (2011), avaliaram e mensuraram os reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) no espaço de manobra da gestão financeira dos municípios paranaenses com menos de 5 mil habitantes através da regressão linear múltipla.

Destaca-se também Dantas (2013), que mensurou o grau de eficiência da alocação dos recursos do FUNDEB na educação fundamental dos municípios do Rio Grande do Norte no período de 2007 a 2011, também utilizando como técnica a Análise Envoltória de Dados.

Dentro da concepção do Estado como a entidade responsável pela satisfação das necessidades coletivas, sendo a municipalidade o microcosmo onde as relações Estado X Sociedade se efetuam, bem como tendo como obrigação a gestão pública pautar suas atividades no conceito da eficiência administrativa, o presente trabalho pretende lançar luzes sobre a capacidade de gerenciamento das finanças públicas dos governos municipais, no tocante à utilização dos princípios da eficiência fiscal, na qual se baseia a ideia de fazer mais com menos, ou seja, a busca pela otimização na aplicação dos recursos públicos.

Face ao exposto, o presente trabalho configura uma realização acadêmica e profissional, além de possuir um viés social já que contribui para a compreensão do fenômeno da eficiência fiscal. Em função da disponibilidade de dados e da importância econômica regional, ele também está alinhado a responder ao seguinte questionamento: **No que concerne à gestão fiscal, quais os municípios mais eficientes da Região Metropolitana de João Pessoa - PB no ano de 2015?**

## 1.1 Objetivos

### 1.1.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo geral avaliar a eficiência fiscal dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa no ano de 2015.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- Pesquisar, na literatura especializada, os conceitos inerentes à eficiência administrativa e fiscal;

- Selecionar os indicadores chaves na avaliação da eficiência fiscal dos governos subnacionais;
- Identificar o grau de importância dos indicadores fiscais a partir da percepção diferenciada dos gestores fiscais;
- Comparar o comportamento dos indicadores fiscais selecionados nos municípios em estudo, através da análise multicritério, utilizando o aplicativo estatístico PROMETHEE II;
- Demonstrar a eficiência fiscal dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa no ano de 2015.
- Propor um instrumento de sistematização e aferição da eficiência fiscal dos municípios aos órgãos de controle.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Conceito e Objetivos da Administração Pública

Ao pesquisar na literatura é possível perceber diversos estudos relacionados ao tema gestão no setor público, tanto no âmbito nacional (PAULO; ALEXANDRINO, 2005; MATIAS-PEREIRA, 2010; FRANZESE, 2010; MOTTA, 2013), quanto no âmbito internacional (CICA, 1997; AFONSO; AUBYN, 2005; OLÍAS, 2001; SANDERSON, 2001). Porém, é necessário historiar a evolução dos conceitos inerentes a este tema. Também se faz necessário enfrentar o conflito entre a administração privada e a pública no que concerne à aplicação das técnicas e conceitos inerentes a cada uma delas. Sharkansky (1979) já apontava que a administração pública é pública por natureza, e desta forma sempre atrelada à política, sendo o poder desta maior que o administrativo, o que invariavelmente traz problemas na condução de sua gestão.

Matias-Pereira (2010) conceitua a Administração Pública como uma organização que tem o objetivo de pôr em prática funções políticas e serviços realizados pelo governo, ou seja, como um o conjunto de atividades destinadas à execução de obras e serviços, comissionados ao governo para o interesse da sociedade.

Para Rosa (2012), Administração Pública “pode ser entendida como a gestão dos interesses qualificados da comunidade – pela necessidade, utilidade e conveniência de sua realização – e marcados pela conjugação de dois princípios caracterizadores do regime jurídico-administrativo: supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público”.

Por sua vez, cada dia mais a sociedade moderna pressiona o Estado a desempenhar o seu papel relacionado ao atendimento dos anseios e necessidades de seus cidadãos. O problema maior se restringe à capacidade do próprio Estado em prover essas demandas. Gerir as demandas na gestão pública tornou-se imperativo, buscando equacionar os recursos e as necessidades, de tal forma a atender aos anseios da sociedade.

Motta (2013) aponta que os problemas de ineficiência acerca da gestão pública estão relacionados a integração das dimensões política e administrativa relativas as decisões e as ações públicas. O mesmo autor explicita uma consciência comum simplista no qual a ineficiência administrativa se deve à incompetência dos dirigentes públicos, seja em função da falta de bom senso, ou pelo desconhecimento de princípios elementares da gerência administrativa moderna. Seguindo esse mesmo raciocínio, ele também aponta que fora

vendida a ideia de que a Administração Pública deveria se assemelhar à empresa privada, ante aos modernos conceitos nela empregada.

A Administração Pública objetiva a satisfação do interesse público no saber de Paulo e Alexandrino (2005). Para eles, o atendimento de tal objetivo está pautado em prerrogativas que são atribuídas à Administração Pública pela ordem jurídica instalada, lastreada na observância de princípios administrativos, conferindo ao administrador público deveres, tais como: poder-dever de agir, o dever de eficiência, o dever de probidade, e o dever de prestar contas. Estes deveres se revestem de fundamental importância para o nosso estudo, tendo em vista que a adoção de indicadores como forma de mensurar o comportamento dos agentes públicos, possibilita identificarmos a observância citada por Paulo e Alexandrino (2005).

## **2.2 A Administração Pública do Estado Moderno**

Para Matias-Pereira (2014), existem na trajetória da Administração Pública – a partir do surgimento do Estado Moderno – três diferentes formas de atuação: Administração Pública Patrimonialista, a Burocrática e a Gerencial. Para ele, na Administração Pública Patrimonialista, o aparelho de Estado atua como uma extensão do poder do monarca. Os servidores públicos possuem *status* de nobreza real. Os cargos funcionam como recompensas, o que gera nepotismo. Isso contribui para a prática de corrupção e do controle do órgão público por parte dos soberanos.

Já a Administração Burocrática, que teve sua gênese no início do século XIX, tem como fundamento o enfrentamento justamente ao nepotismo e a corrupção introduzidos pela Administração Patrimonialista. Ao contrário da escola anterior, a burocrática privilegiava a profissionalização dos servidores, valorizando a carreira pública, com estruturas formais definidas com hierarquia funcional liderada por um poder legal. Logicamente esses ditames foram de encontro aos ideais dos grupos de interesses que polarizavam a sociedade daquela época (MATIAS-PEREIRA, 2014).

Afora a questão do conflito de interesses, a Administração Burocrática, dentre outros motivos, em função do fortalecimento dos estados democráticos no século XX, foi severamente questionada pela sua incapacidade de responder as novas demandas sociais. O Estado necessitava cada vez mais de recursos e de maior agilidade em responder a tais demandas. O Estado Burocrático se mostrou incapaz nesse aspecto.

O modelo evoluiu para a Administração Gerencial, no qual o Estado deixava de produzir diretamente bens e serviços. Em nome da democracia e buscando a eficiência,

através de entidades, as chamadas agências reguladoras, a Administração Gerencial adotava um modelo no qual o Estado fomentava a competitividade do setor privado na produção de bens e serviços. Porém, o Estado assume o papel de financiador no que tange aos serviços sociais e à pesquisa científica.

Cabe ressaltar que a partir do momento em que o Estado transfere para o setor privado a responsabilidade que outrora era própria, no atendimento das demandas da sociedade, se observou a necessidade da transparência dessas ações, dada o grau de fragilidade com que essas questões são susceptíveis a desvios de conduta, oriundos de ações cheias de vieses, má gestão, nepotismo entre outras.

Percebe-se um movimento em direção a uma administração voltada para os fins e não mais para os meios. Desta forma o que mais importa são os resultados, sendo irrelevante se a prestação do serviço ou a produção de bens é feita pelo o Estado ou por terceiros, como, por exemplo, pelas organizações sociais.

É mister salientar que, atrelado a esses novos ideais, a Administração Gerencial primava pelo controle das atividades do Estado, independentemente da transferência do seu papel de provedor direto das demandas sociais. O conceito de Estado mínimo, ou seja, aquele que a presença estatal na economia seja a menor possível, deixando que o setor privado regulasse a economia, vem seguido do Estado controlador das políticas públicas através da Gestão por Resultados. Para Serra (2008), a Gestão por Resultados – GPR é uma ferramenta cultural, conceitual e operacional, que se orienta a priorizar o resultado em todas as ações, e que é capaz de otimizar o desempenho governamental na busca da maximização da criação de valor público.

Para Gomes (2009), a Gestão por Resultados se “caracterizaria, na etapa de formulação da política pública, pela tradução dos objetivos em resultados e, na etapa de implementação das ações para atingi-los, pela predominância da orientação por resultados em substituição aos outros mecanismos de coordenação, como a coordenação por supervisão direta, a padronização de procedimentos e a padronização de habilidades”.

### **2.3 A Nova Gestão Pública - NGP**

No final do século passado, emergiram os conceitos do *New Public Management* - NPM ou Nova Gestão Pública - NGP, sob a perspectiva de a administração pública, em função da situação na qual se encontravam as economias no período, deveria se pautar como uma empresa privada fosse, a fim de atingir a eficiência, buscando a redução dos seus custos.

Motta (2013) considera que existem limites no que diz respeito a implantação de técnicas e conceitos da administração privada na esfera pública. Principalmente quando temos o elemento cultural como observação. Receitas prontas, metodologias testadas em outros cenários e ambientes, dificilmente conseguem ser implantadas, em sua totalidade, sem levar em consideração aspectos culturais locais. O autor credita o fracasso dos ensinamentos do *New Public Management* (NPM) a esses fatores.

Para Paula (2005), a Nova Gestão Pública introduziu medidas organizativas e administrativas para o governo tais como:

- Descentralização do aparelho de Estado, separando o planejamento e a execução do governo, dando aos ministérios o monopólio das políticas públicas;
- Privatização das estatais;
- Terceirização dos serviços públicos;
- Regulamentação estatal das atividades públicas providas pelo setor privado;
- Uso de ideias e ferramentas gerenciais próprias do setor privado.

Com novos conceitos acerca do equilíbrio das contas públicas, e com a regulamentação de novos procedimentos a serem adotados pelos entes federativos, em especial, a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), emerge a necessidade de melhor monitoramento e gerenciamento das atividades públicas e conseqüentemente a busca por indicadores de *performance* fiscal, como instrumentos capazes de refletir e ratificar o comportamento fiscal das esferas de governo e seus órgãos afins, responsabilizando-os pelos seus desempenhos.

Nesse mesmo contexto também se encontra inserido o conceito da gestão para resultados. Serra (2008) entende que os benefícios da Gestão para Resultados estão dispostos em três dimensões: “a dimensão constitucional, tendo em vista o marco regulatório da aplicação dos recursos públicos através dos seus agentes; a dimensão política, em função do princípio das responsabilidades do cargo; e por fim, a dimensão cidadã, ante ao princípio da delegação democrática, dada pela população, para a ação dos governantes, no que concerne a gestão dos recursos públicos”.

Para Abrucio e Sano (2008), a NGP pretendia atacar o excesso de procedimentos e a baixa responsabilização dos gestores com relação aos seus atos perante o sistema político e a sociedade. O mecanismo escolhido pelo modelo foi o da flexibilização ou desburocratização

dos serviços, através da criação de entidades não estatais que seriam responsáveis por parte dos serviços públicos prestados à sociedade e da adoção do conceito de *accountability*, no qual se buscava a transparência da gestão e a responsabilização dos gestores. Para esses autores, seriam três os mecanismos para o alcance dos objetivos traçados pela NGP:

- a) A implementação da Gestão por Resultados na Administração Pública, na qual os gestores seriam regidos por contratos de gestão, nos quais se verificava a existência de metas e indicadores públicos, de forma a promover a transparência da gestão, objetivando um maior controle por parte da população.
- b) A adoção da governança na gestão pública, tanto nas estruturas estatais como não estatais.
- c) E a simbiose entre a flexibilização da administração pública e a responsabilização dos seus gestores.

Porém, a Nova Gestão Pública sofreu várias críticas. Segundo Paula (2005), como contraponto ao seu ideário, seus opositores apontam principalmente a inadequação na aplicação dos conceitos importados do setor privado na administração pública. Outra questão levantada seria a forte centralização do poder, desta feita nas instâncias executivas. Mais uma vez o fator sociopolítico foi negligenciado, além da incompatibilidade entre a lógica gerencialista e o interesse público.

## **2.4 O Contexto Brasileiro**

Como forma de contextualizar a evolução do pensamento em torno da utilização dos conceitos da Nova Gestão Pública, é importante destacar quais eram os focos de ataque a esse novo modelo da administração pública. No caso brasileiro, as tentativas na busca desse intento se tornaram mais evidentes a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Arelado ao ideário Neoliberal, o Governo FHC introduziu diversas iniciativas, com vistas à adoção de um novo padrão gerencial, que foram traduzidas nas reformas administrativa, tributária e previdenciária a partir de 1998, alinhadas ao conceito do *New Public Management - NPM* ou Nova Gestão Pública -NGP.

Acredita-se que tal evento surge como um momento de inflexão na gestão pública brasileira. Para Sá (2001), a obtenção de uma trajetória fiscal sustentável ou não explosiva atende a todos os requisitos conceituais exigidos pela definição de um Bem Público:

indivisibilidade, não-rivalidade e não-exclusividade são características notórias do bom estado das contas públicas.

Para Giubert (2005), a forma como os recursos públicos são alocados por parte dos administradores públicos, responsáveis pelas decisões de gastos, é o que mais influencia os resultados das políticas fiscais, induzindo a ocorrência de déficits ou superávits. Logicamente que não se admite sermos simplistas ao ponto de acreditar que apenas a decisão de alocação de recursos seria determinante para o resultado. O mesmo autor, juntamente com Velasco (1997), enfatiza que a forma como os Estados federados se encontram organizados, possibilita distorções, já que as decisões referentes aos gastos são tomadas de maneira descentralizadas, embora existam fundos únicos de recursos, como no caso do federalismo fiscal.

Abrucio (2005) corrobora com esse entendimento ao enfatizar que a coordenação intergovernamental é deficiente no federalismo fiscal. O problema é a escassez de recursos que faz com que os entes federativos disputem cada parte da fatia do bolo, obrigando, principalmente os municípios, no desenvolvimento do seu mister e para serem eficientes e eficazes, a disputarem arduamente os recursos das transferências constitucionais e a cortarem seus gastos, reduzindo as suas despesas, para serem mais efetivos, corroborando, desta forma, o entendimento de Varela e Pacheco (2012). Abrucio (2007) ainda sugere que a Administração Pública eficiente e efetiva emerge da cobrança e do controle pela sociedade.

A partir da sedimentação da responsabilização fiscal e do seu regramento, vários foram os estudos desenvolvidos relacionados ao tema, dentre eles os de Akim e Mergulhão, (2015) e Varela (2012). Parte desses estudos procuram mensurar a situação em que se encontravam os entes perante a nova dinâmica recém implantada, na tentativa de enquadrá-los, enfatizando os seus efeitos diante desses atores. Já Dantas (2013), busca medir o grau de eficiência fiscal obtido por esses entes, sendo desenvolvidos indicadores com objetivo de mensurar essa eficiência fiscal nas unidades da federação.

Entende-se que esse contexto impulsionou a busca pela eficiência fiscal, entendida como o desejo do equilíbrio das contas públicas, seja através do controle do déficit público, seja através da manutenção de baixos índices de endividamento, ou ainda na efetividade da cobrança dos tributos.

Para Franzese (2010), embora existam condicionantes e limitações impostas pela Constituição de 1988, no Brasil, os governos subnacionais são os responsáveis por grande parte dos serviços e bens públicos, tendo a União um papel mais de transferidora dos recursos necessários ao atendimento de tais demandas.

Vale salientar que em função disso e como forma de controlar as ações e verificar a efetividade destas, existe um processo lento de aprendizagem, por parte dos gestores públicos, acerca da contratualização dos resultados de acordo com Varela e Pacheco (2012).

Para Rezende (2002), “um conjunto expressivo de experiências nacionais de reforma administrativa consolidou uma nova onda de reformas no setor público nos anos 90. Esta nova onda foi centrada nas ideias do *New Public Management* (a Nova Gestão Pública), no qual as reformas deveriam produzir um setor público com maior performance e mais voltado para atender aos cidadãos com melhores serviços públicos”. Para o mesmo autor, “o dilema do controle representa a raiz de um dos problemas estruturais nas reformas administrativas, qual seja a tensão entre *performance* e *accountability*, ou, mais amplamente, entre controle e delegação. O fenômeno da falha sequencial nas reformas deriva em grande parte de como tal tensão está articulada no design da reforma, e a importante questão da cooperação dos diversos setores burocráticos com a mudança institucional podem ser explicadas em grande parte pela importante questão do controle. O elemento que orienta a ação, as escolhas e o comportamento estratégicos não se relaciona a performance, mas sim ao controle. Embora decisiva para melhoria da performance, a mudança institucional é a mais problemática parte das reformas administrativas, e creio, que para as reformas, de um modo mais amplo”.

Apesar disto, percebe-se uma pequena mudança no comportamento dos gestores públicos nos últimos tempos. Em função dos ditames legais, bem como pela elevação do nível de exigência da sociedade, cada dia mais a população se torna mais consciente do seu papel e dos governantes. Essa mudança pode ser considerada lenta, mas se demonstra contínua, como num processo de depuração. O elemento que pode ser considerado como indutor desse processo é a medição e controle das ações públicas, fazendo com que o gestor tenha a tendência de aumentar o seu desempenho, conforme observa-se no estudo realizado por Franco-Santos (2012). Há de se considerar, também, que a transparência dos processos, através da comunicação mais clara dos objetivos e metas, segundo Speklé e Verbeeten (2014), induz os ajustes das políticas públicas, de modo a aumentar o desempenho das organizações.

Além da transparência dos processos e da preocupação com os resultados das políticas públicas, elementos próprios da gestão de resultados, o administrador público deve produzir as mudanças necessárias de acordo com as metas traçadas, se pautando na medição do seu desempenho, conforme nos ensina Sanderson (2001).

## 2.5 Avaliação de Desempenho e a Mensuração da Eficiência na Gestão Pública

No conceito de Ensslin (2010), a Avaliação de Desempenho é o processo para construir conhecimento no decisor, a respeito do contexto específico que se propõe avaliar, a partir da percepção do próprio decisor, por meio de atividades que identificam, organizam, mensuram ordinalmente e cardinalmente, e sua integração e os meios para visualizar o impacto das ações e seu gerenciamento.

Seguindo esse mesmo entendimento, Gomes e Salas (1997) acreditam que os indicadores podem avaliar de forma simplificada o desempenho dos gestores públicos, através da análise dos desvios, medidas absolutas ou percentuais, obtidos da diferença entre os objetivos iniciais e os resultados alcançados.

Já Almeida (2008) aponta que os indicadores servem para medir o desempenho dos gestores públicos, tendo sido difundidos, a partir da década de 1990, como forma de explicitar a demanda de políticas públicas.

Segundo Bezerra (2016), a avaliação de desempenho estatal teve sua origem em meados do século passado com o objetivo da análise dos custos e benefícios dos programas públicos.

Para Denis (2010), as razões que levam e pressionam a gestão pública a adotar a cultura da avaliação de desempenho são as seguintes:

- Surgimento de um novo profissionalismo na gestão pública, onde as decisões precisam ser justificadas racionalmente através de informações concretas. A avaliação surge como subsídio ao processo decisório;
- Crescente complexidade das dificuldades encontradas pelas organizações. A avaliação surge como uma possibilidade de auxiliar na resolução dos problemas;
- Desenvolvimento e ampliação da administração pública gerencial. Através do foco nos resultados e na busca de melhorias na gestão pública torna-se então imprescindível a prática de avaliações e análises críticas da ação estatal.

Em termos conceituais, a avaliação de desempenho no setor público objetiva mensurar e analisar os resultados da ação estatal. Para tanto, tal avaliação não se restringe na análise de dados contábeis e financeiros, mas também se debruça sobre todos os aspectos relacionados ao atendimento das demandas sociais, sejam eles com enfoque unidimensional, como no caso do controle do gasto público, sejam eles com enfoque multidimensionais, como no caso das

análises do contexto social, econômico, político e social, conforme afirma Almeida e De Paula (2014).

Não podemos deixar de considerar a dificuldade de implementação da avaliação de desempenho no serviço público. O controle por si só representa um enorme desafio dentro das funções administrativas no setor privado. Não é difícil imaginar o tamanho dele por ocasião da transição para o setor público do mencionado conceito. Diversas são as dificuldades, desde da falta de dados disponíveis para a mensuração, até a questão de recursos orçamentários e financeiros para a sua implementação. Porém, acredita-se que a maior dificuldade seja a devida correlação entre a ação estatal e o resultado planejado desta ação, de forma a inferir que aquela ação governamental obteve o resultado esperado, além de transformar uma realidade social.

No que diz respeito aos estudos relacionados ao tema avaliação de desempenho no Brasil, acredita-se que quem primeiro se debruçou sobre a temática foi Tiebout (1958) *apud* Jubran (2006) em um estudo sobre a competitividade entre municípios, no qual se buscou evidências sobre a diminuição dos gastos públicos e a melhoria dos serviços prestados pelas prefeituras.

Recentemente a temática tem sido recorrente em publicações da área, dado o interesse e o foco que os governos, a partir de Fernando Henrique Cardoso, deram a esse assunto, sempre se aproveitando de ferramentas e métodos utilizados em ampla escala no setor privado, como no caso dos estudos de Zago (2007) acerca da utilização do *Balanced Scorecard* no orçamento público, bem como os ensinamentos de Peña (2008) sobre a avaliação da eficiência utilizando a Análise Envoltória de Dados – DEA, visando a promoção da redução de custos, através da identificação de recursos ociosos.

A medição através de indicadores necessita de parâmetros. Parâmetros principalmente para medir a sua eficiência. Para Martins (2009), a eficiência como princípio assume duas vertentes: a primeira é organizar e estruturar a máquina estatal para torná-la mais racional para que as necessidades da sociedade sejam alcançadas de forma mais satisfatória, e a segunda, é regular a atuação dos agentes públicos buscando que esses tenham um melhor desempenho possível a fim de atingirem os melhores resultados.

Por sua vez, Meirelles (2016) assevera que o dever de eficiência se impõe a todo agente público na realização de suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

No entender de Antico e Jannuzzi (2006), a eficiência está relacionada ao nível de utilização de recursos frente aos custos em disponibilizá-los, sendo mensurada através de indicadores, servindo para avaliar os programas de governo.

Apesar da compreensão de que medir a eficiência seja relativamente simples, em função da disponibilidade de dados acerca de estimativas sobre custos dos insumos e a quantidade ou qualidade dos produtos, Ribeiro (2008) aponta que no tema da administração pública, esta tarefa se torna bastante complexa dada as questões relacionadas à mensuração empírica da produtividade das despesas públicas.

Para uma melhor compreensão, se faz necessário distinguirmos eficiência dos outros conceitos correlatos, como o de eficácia e efetividade. Segundo Serra (2008), eficiência é a variável mais importante para dar uma resposta a uma das principais exigências da sociedade: “fazer mais com menos”, é o custo unitário de produção. Por sua vez, o mesmo autor afirma que a eficácia seria o conceito mais exigido e com mais tradição no bem-fazer organizacional, com ele se almejar atingir o objetivo não se importando com os meios, apenas com os fins.

Para Arretche (1998), no que tange à eficiência relacionada às políticas públicas, a escassez de recursos públicos exige maior racionalização do gasto. Ela descreve a existência de limites para a obtenção de recursos com base na criação de novas fontes de arrecadação, bem como um crescente estreitamento de suas fontes tradicionais, fazem com que o gestor público busque medidas de racionalização dos gastos. Para tanto, se faz necessário instrumentos de avaliação. Arretche (1998) também aponta a avaliação da eficiência como um objetivo democrático, ante ao fato de que os governos dispõem de recursos não seus e que têm a obrigação de probidade e de prestar contas desses recursos. Desta forma, necessitam ter a confiança pública no que diz respeito às suas ações e a demonstração do resultado de suas políticas.

Ainda sobre eficiência, Zybersztajn e Sztajn (2005) afirmam que se trata da “aptidão para obter o máximo ou o melhor resultado ou rendimento, com a menor perda ou menor dispêndio de esforços, relacionado aos aspectos de rendimento, de produtividade e de adequação à função”.

No entendimento de Dantas (2013), com o advento da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), foram criados parâmetros de medição capazes de mensurar a gestão nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal. Como parâmetros, por si só eles não teriam o condão de avaliar a eficiência desses entes. Porém, não podemos deixar de acreditar que seria um norte. Como bem já observou Afonso, Schukenecht e Tanzi (2006), não se trata de uma tarefa das mais fáceis medir a eficiência do setor público,

seja em função da identificação de metas e da avaliação dos custos, seja em função do produto ofertado pela gestão pública.

Segundo Megginson (1998), “eficácia é a capacidade de ‘fazer as coisas certas’ ou de conseguir resultados. Isto inclui a escolha dos objetivos mais adequados e os melhores meios de alcançá-los. Isto é, administradores eficazes selecionam as coisas ‘certas’ para fazer e os métodos ‘certos’ para alcançá-las”.

Já para Daft (1999), “a eficácia organizacional é o grau em que a organização realiza seus objetivos. Eficácia é um conceito abrangente. Ele implicitamente leva em consideração um leque de variáveis tanto do nível organizacional como do departamental. A eficácia avalia a extensão em que os múltiplos objetivos – oficiais ou operativos – foram alcançados”.

Por sua vez Castro (2006), afirma que a preocupação da eficiência não é com o resultado, mas sim como os meios de chegar a este resultado. Para ele, a eficácia é quem está diretamente ligada aos fins, ao resultado, aos objetivos, ou ao alcance destes.

Em um estudo correlato, Sano e Filho (2013) estabelece uma metodologia na qual apresenta um fluxograma de avaliação onde a eficiência se reporta diretamente ao processo, enquanto eficácia e a efetividade aos resultados e a transformação, respectivamente.

Finalmente, a efetividade seria a relação existente entre um produto e a variação provocada na situação social (produto-resultado). Diretamente voltado para a avaliação do resultado, a efetividade mira os impactos que as ações provocam, de modo a saber qual o ganho qualitativo proporcionado por essas ações. Em muitos casos, determinadas políticas públicas são extremamente eficientes e eficazes, porém, nem sempre são efetivas.

Também no que diz respeito a efetividade, Castro (2006) assevera que a administração pública mensura o resultado das suas ações através dos benefícios proporcionados à população, bem como do conceito de efetividade.

Atinente a questão dos indicadores capazes de medir a eficiência fiscal no setor público, os estudos desenvolvidos por Nuintin (2014) avaliam o nível de eficiência da aplicação de recursos públicos nas universidades federais, através da Análise Envoltória de Dados, adotando como variáveis o nível de eficiência sob a perspectiva quantitativa, o nível de eficiência sob a perspectiva qualitativa, a relação aluno por professor, a relação aluno por funcionário, a relação funcionário por professor, a relação de alunos de graduação em tempo integral por total de alunos, a relação de alunos de pós-graduação por total de alunos e o índice de qualificação do corpo docente. Como conclusão, o estudo demonstra, sob a ótica da metodologia utilizada, o nível de eficiência da aplicação dos recursos nas universidades federais no período correspondente ao Plano Plurianual - PPA 2008-2011.

No presente estudo, se pretende avaliar eficiência fiscal dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa, tendo em vista que, em função da escassez de recursos e do aumento das demandas sociais, os municípios cada vez mais necessitam serem eficientes no que tange às suas gestões fiscais no atendimento das carências da população.

## **2.6 Indicadores de Eficiência Fiscal**

Na seleção dos indicadores chaves na avaliação da eficiência fiscal que poderiam servir de base para o presente estudo, optou-se por identificar aspectos relevantes e atuais sobre tema. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nos principais periódicos atrelados ao tema. Porém foram encontradas diversas redundâncias entre os autores nacionais, principalmente no que se refere à utilização de indicadores previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000). Diante desse fato, se procurou considerar alguns indicadores que apresentassem relação direta ou indireta com a temática do estudo, bem como a disponibilidade dos dados, a facilidade de acessibilidade, em função da obrigatoriedade dos entes federativos em disponibilizar tais informações.

A seguir são destacados os indicadores do modelo a partir de características referenciadas pela literatura.

### **2.6.1 Indicadores endividamento**

Em estudos realizados pelo *Canadian Institute off Chartered Accountants* (1997), evidenciados por Mello e Slomksi (2008), se demonstrou a importância da Dívida Consolidada Líquida perante o PIB, tendo em vista a mensuração do grau de endividamento em face do total dos bens e serviços produzidos no período. Com relação aos conceitos, para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Produto Interno Bruto – PIB é total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores, acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Este indicador permite mensurarmos o quanto o ente se encontra endividado perante a economia. Quanto maior o percentual, maior o comprometimento do ente federativo.

Previsto no Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal, introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (BRASIL, 2000), o Indicador Relação entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida mensura quanto da dívida (mobiliária, contratual,

precatórios e outros) comprometem a Receita Corrente Líquida. Para a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a Dívida Consolidada é o mesmo que Dívida Fundada, portanto, expressada nos compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos. Quanto menor este indicador, menor o comprometimento dos valores correntes para a quitação das dívidas do ente.

Por seu turno a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida, é uma derivação do Indicador Relação entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida, sendo excluídos do cálculo os valores referentes disponibilidade de caixa, haveres financeiros e restos a pagar processados. Ele também é previsto no Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal, da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000). Tal indicador serve para medir o comprometimento do ente ante aos compromissos descontados as disponibilidades. Quanto menor esse indicador, melhor.

O Indicador Relação entre os Encargos da Dívida e a Receita Corrente Líquida mensura quanto é o compromisso do ente relacionado ao serviço da dívida, em função da sua Receita Corrente Líquida, ou seja, quanto do serviço da dívida impacta a Receita Corrente Líquida, aquilatando o quanto compromete os valores correntes. Tal indicador também faz parte do Relatório de Gestão Fiscal, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (BRASIL, 2000). Para este indicador, também quanto menor, melhor.

Também previsto no Anexo II, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (BRASIL, 2000), o Indicador Grau de Endividamento através de Operações de Crédito traduz o grau de endividamento do ente, relacionado com aos seus financiamentos, através do percentual das operações de crédito frente à sua Receita Corrente Líquida. Diante da falta de experiência e da dificuldade em operacionalizar tais financiamentos, sejam eles, internos ou externos, com os chamados agentes de fomento, poucos são os municípios conseguem firmar operações de crédito. De todo modo, quanto menor for o valor deste indicador, menor o comprometimento da receita corrente líquida do ente com relação às operações de crédito.

Por sua vez, o Indicador Endividamento à Curto Prazo quantifica o endividamento traduzido através da razão entre Receitas Correntes e Restos a Pagar. Tal variável fez parte dos estudos de Carvalho, Oliveira e Santiago (2010). Este indicador serve para mensurar o comprometimento das receitas correntes com os compromissos de curto prazo, notadamente com os Restos a Pagar. Serve para medir se o ente tem disponibilidades suficientes, naquele exercício, para fazer face aos compromissos assumidos de exercícios anteriores devidamente processados. Deste modo, quanto menor o valor deste indicador melhor.

## 2.6.2 Indicadores desempenho da arrecadação

Citado por Gerigk, Clemente e Taffarel (2011), o Indicador Dependência da Receita Tributária é representado pelo percentual da Receita Tributária em relação à Receita Total. A representatividade das chamadas receitas próprias traduz o grau de dependência do ente federativo no que concerne à aplicação dos recursos disponíveis, não sendo levando em consideração, em grande medida, a sua destinação específica, como ocorre nas transferências constitucionais, que, via de regra, possuem destinação específica, e são comumente chamadas de “verbas carimbadas”. Quanto maior esse percentual, maior a liberdade de escolha na aplicação desses recursos, oportunizando o ente federado implementar suas políticas públicas de modo que mais lhe convier.

Por seu turno, o Indicador Eficiência da Arrecadação de Impostos possui dados disponibilizados periodicamente no Relatório Resumido e Execução Orçamentária - RREO. Tal indicador mede a precisão da administração pública relacionada ao planejamento e da arrecadação auferida através dos tributos que foram lançados, faturados ou orçados nas suas peças orçamentárias. Tendo o orçamento público o valor estimado das receitas e a fixação das despesas no mesmo diapasão, este indicador é de suma importância no planejamento tributário e orçamentário. Quanto maior o seu percentual, maior será a credibilidade das previsões orçamentárias e da eficiência fiscal.

Referenciado nos estudos de Baracho (2010), outro fator que merece atenção é o grau de investimento do poder público. Nesse contexto, o Indicador Relação de Investimento X Despesa Total pretende medir o referido grau através da razão entre despesas de capital e o total de despesas. Quanto maior o percentual encontrado, maior a capacidade do ente em despender recursos para investimentos.

Representado pela diferença entre as Receitas Tributárias e das Despesas Correntes sobre as Receitas Tributárias, o Indicador Capacidade de Geração Própria de Poupança representa o quanto das receitas tributárias poderá se constituir como reservas financeiras para investimento. Tal indicador também está presente nos estudos de Matias e Campelo (2000) *apud* Mello e Slomksi (2008). Utilizando da mesma sistemática do Indicador Utilização Nominal das Receitas Correntes, este indicador pretende medir quanto das Receitas Tributárias poderão servir de reserva para os investimentos públicos. No caso em questão, dificilmente os municípios terão Receitas Tributárias maiores do que suas Despesas Correntes, em função da própria sistemática do federalismo brasileiro, onde as Transferências

Constitucionais, via de regra, se apresentam maiores que as receitas próprias. Quanto maior este indicador melhor, já que demonstra a capacidade do ente em gerar poupança própria.

Já o Indicador da Capacidade de Geração Total de Poupança é representado pela diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes sobre Receitas Correntes, mostra a capacidade de geração de poupança através da economia auferida com os gastos correntes. O indicador também foi referenciado pelos estudos de Matias e Campelo (2000) *apud* Mello e Slomksi (2008). Nesta análise se leva em conta a capacidade do ente em realizar despesas correntes menores que suas receitas correntes, fazendo com que sobrem recursos para o investimento. Quanto maior o valor deste indicador, maior a sua capacidade de poupança.

O objeto dos estudos de Machado e Zucco (2010), o Indicador Poupança Corrente mensura as reservas do ente através da diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes, ou seja, equivale ao excedente entre os recebíveis e exigíveis de curto prazo. Tal indicador aponta os valores que podem ser poupados ou investidos por parte do município. Por esta razão, quanto maior os valores encontrados melhor.

### 2.6.3 Indicadores custo do investimento público

Outro indicador que a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (BRASIL, 2000) enaltece é o que se refere à dívida consolidada líquida em relação à dívida total. Com ele se pretende medir o tamanho da Dívida Consolidada Líquida, ou seja, os compromissos firmados frente a dívida total. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda, o conceito de Dívida Consolidada Líquida é o valor obtido deduzindo-se da Dívida Consolidada ou Fundada os valores do ativo disponível e haveres financeiros, líquido dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados, conforme estabelece o art. 42 da LRF. A Dívida Consolidada, por sua vez, compreende o montante total das obrigações financeiras, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29 da LRF. Quanto menor o percentual deste indicador melhor, pois irá retratar que o ente possui ativos disponíveis e haveres financeiros frente às obrigações contraídas de curto e longo prazo.

Já o Indicador Utilização Nominal das Receitas Correntes é representado pela diferença entre a Receita Corrente Líquida e a Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida, o Indicador Utilização Nominal das Receitas Correntes reproduz quanto das receitas correntes ainda não estão comprometidas com as despesas consideradas líquidas, ou seja, o quanto há de excedentes nas receitas correntes. Este indicador foi objeto do estudo

sobre endividamento dos Estados Brasileiros elaborado por Mello e Slomski (2008). Quanto maior o percentual encontrado, maior folga do ente para investir.

Tendo como principal objetivo medir a carga tributária inerente a uma determinada população, o Indicador da Receita Tributária *per capita* serve não só para mensurar o grau de efetividade da máquina tributária, bem como se presta como base para outras análises, como por exemplo para a análise da capacidade que a administração pública em reverter o produto da arrecadação de tributos em serviços públicos eficientes e de qualidade. Um estudo acerca deste tema foi elaborado por Dias (2011) nos municípios da Região Metropolitana de Salvador – BA. Para a administração pública, quanto maior o valor deste indicador melhor, tendo em vista que ela poderá dispor de um maior volume de recursos para fazer frente às necessidades da sociedade.

Compondo o grupo de indicadores objeto também do estudo de Matias e Campelo (2000) *apud* Mello e Slomski (2008), o Indicador Participação das Receitas de Capital sobre a Receita Total demonstra quanto das receitas totais foram oriundas de operações de crédito, alienações de bens, amortizações de empréstimos concedidos, transferências de capital e outras receitas não correntes. Este indicador demonstra a composição das receitas do ente federativo, de modo a observar o tamanho das receitas não correntes frente a receita total. Em função disto, quanto maior for o indicador, melhor, haja vista o poder de investimento do ente federativo.

Alvo dos trabalhos de Machado e Zucco (2010), a quantificação das Receitas de Capital *per capita* demonstra o quanto a administração pública investe por habitante em cada exercício. Em valores nominais, este indicador aponta o poder de investimento do município perante seus munícipes. Diante do exposto, quanto maior o valor deste indicador melhor, em virtude dos valores investidos por cidadão.

#### 2.6.4 Indicadores relação de dependência

O Indicador Dependência das Transferências Constitucionais trata da dependência que as gestões públicas possuem relacionada às receitas das transferências constitucionais perante à sua receita total. São as receitas em decorrência da repartição do bolo tributário. Esta variável é enfatizada nos estudos de Matias e Campelo (2000) *apud* Mello e Slomski (2008). Pode-se afirmar que poucos são os entes federativos que possuem transferências constitucionais menores que suas receitas próprias. Na pesquisa em tela, em nenhum município os valores das transferências se apresentaram menores que suas receitas,

demonstrando o lado perverso do federalismo fiscal, no qual os municípios, onde as demandas sociais se encontram, vivem à mercê do humor e da caridade dos governantes dos demais entes (União e Estados), mingando por verbas e recursos com objetivo de atender os reclames da sociedade. Quanto maior esse percentual, maiores são as dificuldades encontradas pelos gestores no atendimento das demandas sociais. Portanto, para esse indicador, quanto menor o valor melhor.

A fim de mensurar o nível despesa corrente, o Indicador Relação de Dependências dos Gastos Correntes almeja esclarecer a composição do gasto público, através da razão entre despesas correntes e o total de despesas. Tal indicador foi referenciado nos estudos de Baracho (2010) e tem como principal finalidade explicitar, em relação ao total de gastos do ente público, quanto se destina a despesas correntes, de forma que quanto maior for esse percentual, menor será a capacidade de alocação por parte da administração pública de recursos para seu o investimento.

Um dos principais e mais difundidos indicadores trazidos à baila pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (BRASIL, 2000), foi a participação da despesa de pessoal frente a Receita Corrente Líquida. Com ele se pretende medir quanto os gestores públicos estão destinando para pagamento de pessoal utilizando seus recursos disponíveis. A LRF determina percentuais máximos de indicador a serem respeitados pela União, Estados e Municípios. No caso em tela, o percentual máximo de gastos com pessoal frente a receita corrente líquida para os municípios é de 60%. Quanto menor esse percentual, maior a quantidade de recursos que poderão ser direcionados para a satisfação de outras necessidades. É importante compreendermos o conceito de Receita Corrente Líquida e o que pode ser considerado despesas com pessoal para podermos interpretar este indicador. Para a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, de acordo com o art. 2º da LRF, Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos principalmente, os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, aos Estados e Municípios, no caso da União, e aos Municípios, no caso dos Estados, consideradas ainda as demais deduções previstas na Lei. Já despesas com pessoal corresponde à despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista, incluindo vencimentos e vantagens, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais, bem como os encargos sociais e as contribuições às entidades de previdência. Excluem-se as indenizações por demissão, os incentivos à demissão voluntária, as decorrentes de decisão judicial de competência de período anterior e de inativos, custeadas por recursos

provenientes da arrecadação de contribuições dos próprios segurados, conforme o disposto no art. 18 da LRF.

## **3 METODOLOGIA**

### **3.1 Classificação Metodológica da Pesquisa**

O presente trabalho, em termos metodológicos, quanto a natureza classifica-se em pesquisa aplicada, em função da produção de conhecimento, bem como da metodologia empregada.

No que diz respeito aos objetivos, ela é considerada descritiva e exploratória, ante ao fato de explicitar a metodologia utilizada, bem como da sua tentativa de descrever e interpretar os resultados alcançados.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é considerada bibliográfica *ex-post facto*, tendo em vista a consulta a diversos estudos consolidados correlatos ao tema.

Por fim, no que tange à abordagem do problema, a pesquisa é de natureza qualitativa no primeiro momento, quando da escolha das variáveis do estudo, vez que se procurou identificar os indicadores de eficiência fiscal mais representativos segundo a percepção dos gestores fiscais que atuam em vários segmentos através de um questionário semiestruturado. Salienta-se que esta percepção leva em consideração o conceito que o entrevistado possui acerca de eficiência, não havendo nenhum tipo de indução sobre o referido conceito. Ainda no que se refere à abordagem do problema, no seu bojo, a pesquisa também se reveste de natureza quantitativa, diante da análise de dados quantitativos e das técnicas estatísticas utilizadas. Para Duarte (2016), a pesquisa quantitativa traduz por tudo aquilo que pode ser quantificável, ou seja, ele iria traduzir em números as opiniões e informações para então obter a análise dos dados e, posteriormente, chegar a uma conclusão, enquanto a pesquisa qualitativa é traduzida por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. Assim sendo, quando se trata do sujeito, levam-se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades. Tais pormenores não podem ser traduzidos em números quantificáveis.

### **3.2 Seleção das Variáveis do Estudo**

Na escolha desses indicadores, foram selecionados aqueles evidenciados em estudos correlatos sobre o tema, conforme exposição do referencial do estudo. Acrescente que parte desses indicadores, conforme já mencionado, foram extraídos da própria Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (BRASIL, 2000), tendo em vista a maior possibilidade de

acesso aos dados, em função da obrigatoriedade na prestação das informações por parte dos entes públicos, bem como em razão da abrangência que os dados informados possuem em relação ao tema. O motivo da escolha do público-alvo do estudo se alicerça no fato de que todos os gestores estão ligados à área de gestão fiscal.

Como forma de afastar a subjetividade do pesquisador, bem como a fim de identificar a percepção dos gestores acerca do tema eficiência fiscal, neste estudo foi elaborado um questionário semiestruturado, visando medir importância de 20 indicadores fiscais referenciados pela literatura.

Notadamente, em razão de não se atingir a população total dos gestores fiscais, se adotou uma amostragem por conveniência e por acessibilidade, o que naturalmente não permite fazer generalizações a partir dos resultados encontrados. A justificativa para esta escolha se deu em razão principalmente da ideia de minimizar a subjetividade existente entre os pesquisadores desse estudo na escolha dos indicadores-chave para avaliar o desempenho da gestão pública. Desta forma se buscou indícios mais consistentes, ao invés de uma escolha meramente intuitiva e subjetiva, potencializando maior objetividade para o estudo.

Manzini (2004) assevera que uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado. No caso em tela, foi elaborado um questionário semiestruturado, no qual foram listados os 20 (vinte) indicadores escolhidos, sendo que 55 responderam à pesquisa numa população de 470 gestores e especialistas fiscais<sup>1</sup>. Ressalte-se que essa amostra foi escolhida pelo critério da acessibilidade e composta majoritariamente de auditores de contas públicas do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PB e da Controladoria Geral do Estado da Paraíba – CGE/PB, conforme Tabela 1.

**Tabela 1 – Público Alvo da Pesquisa**

Público-alvo (Gestores Fiscais)	População	Amostra
Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) Diretoria de Auditoria e Fiscalização – DIAFI/TCE/PB	130	23
Controladoria Geral do Estado da Paraíba (CGE/PB) Divisão de Auditoria	40	14
Ministério da Fazenda – Coordenação Geral PNAFM	6	2
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) Especialistas da Área Fiscal no Brasil	12	1
Secretaria de Estado da Receita da Paraíba – Gestores Fiscais	145	7
Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças – Chefia de Gabinete	8	1

Continuação

<sup>1</sup> Os entrevistados foram escolhidos de forma aleatória nos órgãos e setores selecionados.

Universidade Federal da Paraíba – Departamento de Contabilidade UFPB	51	2
Secretaria da Receita Municipal de João Pessoa - Diretoria de Fiscalização	71	4
Secretaria das Finanças de Fortaleza – Chefia de Gabinete	7	1
Total	470	55

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2016.

O questionário teve o intuito de identificar o grau de importância dos indicadores mais adequado às percepções dos entrevistados. Desta forma, se buscou a opinião do público que apresentasse conhecimento e familiaridade com o tema ou em razão da atividade profissional.

Após a coleta dos dados, adotou-se a técnica da Análise Fatorial (AF) com objetivo de analisar o conjunto dos indicadores inter-relacionados, possibilitando a construção de uma escala de fatores das variáveis observadas. A adoção dessa técnica se apoia nos argumentos elencados por Carvalho *et al.* (2009), Hair et al. (2006), Rodrigues e Paulo (2007).

Fez-se o uso de uma escala de likert de 6 pontos, onde 1 correspondia a nenhuma importância do indicador, 2 baixa importância, 3 média importância, 4 alta importância, 5 importância muito alta e 0 sem opinião formada.

No que diz respeito à seleção dos indicadores na composição do questionário, se buscou colher a máxima representação possível relacionada aos aspectos da despesa e da receita, visando abranger todas as categorias e elementos contábeis, explorados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) e referenciados pela doutrina predominante, como forma de ampliar o poder de escolha e opinião dos entrevistados.

Para a realização dos testes, foi utilizado o programa *Statistical Package Social Science - SPSS* Versão 8.0.

### 3.3 Universo da Pesquisa

No que tange ao universo da pesquisa, decidiu-se pela escolha da Região Metropolitana de João Pessoa, composta por 12 (doze) municípios limítrofes. Tal escolha se deve por diversos fatores, mas principalmente em função da representatividade destas cidades em relação a todo o Estado da Paraíba. A economia desse aglomerado respondeu por 48,07% do PIB estadual em 2013. Já a população foi estimada em 1.253.930 de habitantes em 2015, representando um percentual de 31,57% de todo o estado conforme Tabela 2. Apesar da sua localização privilegiada, em função do clima, do relevo e da vegetação propícios, além de possuir a capital do estado, a Região Metropolitana de João Pessoa tem características

diversificadas relacionadas à vocação econômica, tamanho e estrutura organizacional dos seus municípios, de forma a traduzir e a replicar realidade encontradas nas demais cidades e regiões do estado. Desta forma, foram coletados os dados referentes aos 20 (vinte) indicadores já mencionados e constantes do questionário aplicado, das cidades de Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Pedras de Fogo, Pitimbu, Rio Tinto e Santa Rita.

**Tabela 2 - Região Metropolitana de João Pessoa**

<b>Município</b>	<b>Área Km2</b>	<b>População (2013)</b>	<b>IDH (2010)</b>	<b>PIB (2013) (em mil)</b>	<b>PIB per Capita</b>
Alhandra	182,656	18.868	0,582	599.890,00	31.794,04
Bayeux	31,784	95.196	0,649	939.769,00	9.871,94
Caaporã	150,168	21.212	0,602	414.685,00	19.549,55
Cabedelo	31,265	63.035	0,748	2.078.719,00	32.977,22
Conde	172,949	23.115	0,618	550.884,00	23.832,32
Cruz do Espírito Santo	195,596	16.836	0,552	106.616,00	6.332,62
João Pessoa	210,551	769.607	0,763	14.841.805,00	19.284,91
Lucena	89,202	12.460	0,583	134.669,00	10.808,11
Pedras de Fogo	401,12	28.056	0,590	387.026,00	13.794,77
Pitimbu	136,045	18.148	0,570	128.954,00	7.105,69
Rio Tinto	466,397	23.883	0,585	194.550,00	8.145,96
Santa Rita	726,565	132.871	0,627	1.892.593,00	14.243,84
<b>Total</b>	<b>2.794,30</b>	<b>1.223.287</b>	<b>Total</b>	<b>22.270.160,00</b>	

**Fontes:** IBGE e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

### 3.4 Lapso Temporal Pesquisado

No que diz respeito ao lapso temporal, em função a acessibilidade e disponibilidade dos dados, já que os dados foram coletados nos sites da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE/PB, optou-se pela coleta dados referentes ao ano de 2015, por ser a amostra mais atualizada.

### 3.5 Comparabilidade dos Dados

Foram coletados e tabulados os dados dos 20 indicadores referentes aos 12 municípios da Região Metropolitana de João Pessoa no ano de 2015. Com a massa de dados disponíveis e visando ranquear os municípios em função do resultado da utilização dos indicadores para

cada exercício pesquisado, como forma de ponderação, utilizamos os pesos resultantes da Matriz de Componente (Tabela 2), obtido através da Análise Fatorial, no Programa Visual PROMETHEE II Versão 1.3.1.0.

Para Araújo (2013), o Método PROMETHEE II estabelece uma estrutura de preferência entre as alternativas discretas, tendo uma função de preferência entre as alternativas para cada critério. Essa função indica a intensidade da preferência de uma alternativa em relação à outra, com o valor variando entre 0 (indiferença) e 1 (preferência total). Para a análise em tela, utilizamos 20 critérios (indicadores), 12 ações (municípios) e 6 cenários (exercícios/anos).

Para Silva (2014), no PROMETHEE II existe uma pré-ordem completa das alternativas, sendo obtida a partir de uma grandeza denominada fluxo líquido, que pode ser interpretada como uma pontuação atribuída à alternativa de acordo com o seu desempenho.

A escolha do PROMETHEE II se deve pela sua simplicidade e clareza. Segundo Carvalho (2013), o método PROMÉTHEE II possui uma “vantagem em requerer uma informação adicional muito clara, que pode ser facilmente obtida e gerenciada tanto pelo decisor como pelo analista destacando suas características intrínsecas relacionadas a objetividade e flexibilidade. Esta informação adicional foi introduzida com a finalidade de captar a amplitude das diferenças entre as avaliações de cada um dos indicadores, enriquecendo a estrutura de preferência dos decisores”.

### **3.6 Análise Multicritério dos Dados**

Vincke (1992) apud Silva (2014) define um problema multicritério como sendo a situação na qual, existindo um conjunto de ações A e uma família de critérios F, o decisor deseja: determinar um subconjunto de ações, consideradas, por ele, como sendo as melhores de A (problemática de escolha); alocar as ações a diferentes categorias definidas a priori a partir de um conjunto de regras aplicáveis ao conjunto A (problemática de classificação); ordenar as alternativas de A da melhor para a pior (problemática de ordenação).

Já Lima (2014), diz que há seis formas básicas de funções de preferência (critério generalizado) no Promethee II que são: tipo I: critério usual – não há parâmetro a ser definido, ou seja, para qualquer diferença de desempenho entre as alternativas, há uma preferência estrita; tipo II: quase-critério – define-se o parâmetro q; tipo III: de preferência linear – define-se o parâmetro p; tipo IV: pseudo-critério – definem-se p e q; tipo V: área de indiferença – definem-se p e q; e finalmente, tipo VI: gaussiana – com desvio padrão a ser

fixado. De acordo com Almeida (2013), esses critérios servem para identificar a intensidade da preferência, onde  $p$  representa o limiar de preferência que é o menor valor para  $[g_i(a)-(b)]$  acima do qual existe uma preferência estrita e onde  $q$  representa o limiar de indiferença que representa o maior valor para a diferença  $[g_i(a)-(b)]$  abaixo da qual existe uma indiferença. No nosso estudo utilizamos o critério usual.

### **3.7 Limitações do Método PROMETHEE II**

Por ocasião da inserção dos dados no aplicativo **PROMETHEE II**, percebe-se que as informações não disponíveis teriam que ser introduzidas como “0,00” (zero) no sistema, o que de certa forma enviesava o resultado, já que na comparação binária relacionada aos indicadores, o município que não possuía dado disponível, assumiu o valor “0,00” (zero) naquele indicador, o que a depender dos valores de referência e da ponderação, fez com que o resultado não fosse fidedigno naquela comparação.

### **3.8 Problemas na Coleta de Dados**

Se faz necessário salientar o tamanho da amostra pesquisada. Em função dos 20 indicadores selecionados, houve a derivação de 18 itens coletados através dos sítios da Caixa Econômica Federal, do Tribunal de Contas do Estado – TCE e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, relativos ao Exercício 2015, dos 12 (doze) municípios da Região Metropolitana de João Pessoa, totalizando 216 variáveis observadas.

Embora exista a obrigatoriedade de apresentação dessas informações por parte de todos os municípios, seja perante o Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN, da Caixa Econômica Federal, seja frente ao sistema de prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, foi possível observar que não foram disponibilizados 9 variáveis por parte dos municípios, o que representa 4,16 % dos dados, relativos aos 20 indicadores pesquisados, conforme Quadro 1 a seguir.

**Quadro 1 - Dados não disponibilizados**

Dados	Município					Totais
	Dívida Consolidada	Dívida Consolidada Líquida	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Despesa Total	
Alhandra	x					1
Conde			x	x	x	3
Cruz do Espírito Santo	x	x				2
Lucena	x					1
Pitimbu	x	x				2
Totais	4	2	1	1	1	9

Fonte: Resultados da pesquisa, 2016.

### 3.9 Solução Adotada

Como forma de solucionar o problema da falta de dados, bem como a limitação do **PROMETHEE II** em assumir como “0,00” o dado faltante, e ainda visando preservar a fidedignidade dos dados e exequibilidade do método, em função da pequena quantidade de dados faltantes, optou-se por imputá-los através da média apresentada pelos municípios na série histórica de 2009 a 2014.

Visando apoiar essa decisão, se buscou embasamento na literatura para a solução adotada. Para Ercole et al., (2010), “a ocorrência de dados faltantes é comum em investigações científicas, especialmente as pesquisas na área da saúde que trabalham com banco de dados”.

Como os dados faltantes podem causar problemas nas estimativas (viés) é necessário considerá-los nas análises. A imputação de dados faltantes é um método estatístico que substitui os dados sem informação por estimativas de valores plausíveis, direcionado a solucionar este tipo de problema.

Já para Rubin (1989) apud Nunes (2009), “um problema comum em investigações científicas é a ocorrência de dados faltantes (*missing data*), especialmente na área da Saúde e das Ciências Sociais”. Nunes (2009) afirma ainda que “para contornar esse problema, desde os anos 1980 surgiram técnicas estatísticas que envolvem imputação de dados faltantes. Essas técnicas têm por objetivo “completar” os dados faltantes e possibilitar a análise com todos os indivíduos do estudo. As primeiras técnicas de imputação desenvolvidas envolviam métodos relativamente simples, tais como, substituição dos dados faltantes pela média, pela mediana, por interpolação ou até por regressão linear. Todas essas técnicas mencionadas permitem preencher os dados faltantes por meio do que se chama de imputação única, ou seja, o dado ausente é preenchido uma única vez e então se utiliza o banco de dados completo para as

análises”. Ainda para Heijden Van der (2006) apud Nunes (2009), “é importante que se estabeleçam estratégias para lidar com dados faltantes, seja planejando a pesquisa com o máximo de esforço para evitar perda de informações, seja abordando os dados faltantes com técnicas adequadas desenvolvidas para contornar este problema”.

Por ocasião da imputação de dados, salientamos a ocorrência de um problema específico no município de Pitimbu. Em função da impossibilidade de calcularmos a média para imputarmos os dados, pela falta de informação destes nos demais exercícios, optou-se por excluir da amostra o município de Pitimbu, como forma de preservar os critérios adotados na metodologia.

## 4 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

### 4.1 Apresentação e Discussão dos Resultados

Após a aplicação da técnica da Análise Fatorial nos dados coletados do questionário de pesquisa, observou-se, em função da Matriz de Componentes, a existência de 4 (quatro) fatores que fundamentam o modelo, com uma variância de 66,84% (sessenta e seis, vírgula oitenta e quatro por cento), bem como evidenciou-se que todos os 20 indicadores foram considerados relevantes para o público pesquisado (vide apêndice).

No intuito de identificar a adequação da AF aos dados, foi aplicado o Teste de Esfericidade de Bartlett e a medida Kaiser-Meyer-Oklin (KMO) na validação dos dados e da técnica. Tendo em vista que o nível de significância do Teste de Esfericidade de Bartlett foi de 0,000, bem como a medida de Kaiser-Meyer-Oklin ficou acima de 0,50, restou demonstrado poder de explicação dos dados em função dos fatores encontrados, o que indica a adequação da aplicação da Análise Fatorial a pesquisa, conforme Tabela 3.

**Tabela 3 - KMO and Bartlett's Test**

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy		,779
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	744,585
	df	190
	Sig.	,000

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

No que diz respeito à correlação traduzida pela Matriz de Anti-imagem, a análise sobre a diagonal demonstrou que todos os indicadores obtiveram valores acima de 0,603, indicando também a adequação da Análise Fatorial conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Matriz Anti-imagem

	Ind1	Ind2	Ind3	Ind4	Ind5	Ind6	Ind7	Ind8	Ind9	Ind10	Ind11	Ind12	Ind13	Ind14	Ind15	Ind16	Ind17	Ind18	Ind19	Ind20
Ind1	,704 <sup>a</sup>	-,330	-,204	,054	-,068	-,083	,308	-,008	-,070	-,015	-,423	,239	,201	-,049	-,247	-,201	,284	,022	,105	-,033
Ind2	-,330	,603 <sup>a</sup>	,184	-,181	-,065	-,093	-,068	,110	-,059	,211	,203	-,091	,175	-,227	,119	-,065	-,276	-,094	-,004	-,132
Ind3	-,204	,184	,719 <sup>a</sup>	,151	-,272	-,025	,285	-,270	-,458	-,237	-,236	,219	,102	,009	-,001	,055	-,037	-,239	,280	,030
Ind4	,054	-,181	,151	,678 <sup>a</sup>	-,258	-,416	-,060	,180	-,177	-,260	-,106	,079	,039	-,088	-,197	,265	,146	,182	-,108	,084
Ind5	-,068	-,065	-,272	-,258	,807 <sup>a</sup>	-,237	-,123	,074	,269	,260	,074	-,225	-,219	,087	,303	-,160	-,157	,040	-,167	-,270
Ind6	-,083	-,093	-,025	-,416	-,237	,727 <sup>a</sup>	,063	-,271	-,154	-,070	,079	,013	,133	-,061	-,031	-,088	-,177	-,219	,307	,288
Ind7	,308	-,068	,285	-,060	-,123	,063	,693 <sup>a</sup>	-,201	-,164	,098	-,382	,396	,139	-,182	-,170	,069	-,111	-,303	,018	-,103
Ind8	-,008	,110	-,270	,180	,074	-,271	-,201	,757 <sup>a</sup>	-,056	,126	,187	-,158	-,302	-,040	-,037	-,084	,188	,436	-,467	-,102
Ind9	-,070	-,059	-,458	-,177	,269	-,154	-,164	-,056	,782 <sup>a</sup>	,222	,121	-,165	-,299	,264	-,045	,144	-,049	-,046	-,297	-,123
Ind10	-,015	,211	-,237	-,260	,260	-,070	,098	,126	,222	,793 <sup>a</sup>	-,060	-,103	-,108	-,144	,142	-,078	-,073	,195	-,538	-,176
Ind11	-,423	,203	-,236	-,106	,074	,079	-,382	,187	,121	-,060	,775 <sup>a</sup>	-,825	-,090	,026	,183	-,066	-,134	-,043	-,033	,168
Ind12	,239	-,091	,219	,079	-,225	,013	,396	-,158	-,165	-,103	-,825	,783 <sup>a</sup>	,155	-,121	-,194	,085	-,037	-,044	,047	-,326
Ind13	,201	,175	,102	,039	-,219	,133	,139	-,302	-,299	-,108	-,090	,155	,795 <sup>a</sup>	-,707	-,079	-,126	-,185	-,164	,268	,008
Ind14	-,049	-,227	,009	-,088	,087	-,061	-,182	-,040	,264	-,144	,026	-,121	-,707	,831 <sup>a</sup>	-,235	,035	,151	-,010	,105	,040
Ind15	-,247	,119	-,001	-,197	,303	-,031	-,170	-,037	-,045	,142	,183	-,194	-,079	-,235	,875 <sup>a</sup>	-,379	-,236	,076	-,143	-,126
Ind16	-,201	-,065	,055	,265	-,160	-,088	,069	-,084	,144	-,078	-,066	,085	-,126	,035	-,379	,894 <sup>a</sup>	-,099	-,286	,078	-,048
Ind17	,284	-,276	-,037	,146	-,157	-,177	-,111	,188	-,049	-,073	-,134	-,037	-,185	,151	-,236	-,099	,812 <sup>a</sup>	,223	-,056	,184
Ind18	,022	-,094	-,239	,182	,040	-,219	-,303	,436	-,046	,195	-,043	-,044	-,164	-,010	,076	-,286	,223	,751 <sup>a</sup>	-,609	-,043
Ind19	,105	-,004	,280	-,108	-,167	,307	,018	-,467	-,297	-,538	-,033	,047	,268	,105	-,143	,078	-,056	-,609	,639 <sup>a</sup>	,119
Ind20	-,033	-,132	,030	,084	-,270	,288	-,103	-,102	-,123	-,176	,168	-,326	,008	,040	-,126	-,048	,184	-,043	,119	,866 <sup>a</sup>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Por seu turno, com a utilização da técnica das Comunalidades, é possível observar que os indicadores obtiveram valores igual ou acima de 0,50 e que 40% (quarenta por cento) atingiram valores acima de 0,70, o que demonstra um bom poder de explicação conforme Tabela 5.

**Tabela 5 - Comunalidades**

	Initial	Extraction
Ind1	1,000	,74
Ind2	1,000	,59
Ind3	1,000	,60
Ind4	1,000	,61
Ind5	1,000	,60
Ind6	1,000	,63
Ind7	1,000	,66
Ind8	1,000	,58
Ind9	1,000	,57
Ind10	1,000	,59
Ind11	1,000	,78
Ind12	1,000	,77
Ind13	1,000	,86
Ind14	1,000	,85
Ind15	1,000	,77
Ind16	1,000	,70
Ind17	1,000	,49
Ind18	1,000	,61
Ind19	1,000	,84
Ind20	1,000	,53

Extraction Method: Principal Component Analysis.

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

Ao todo foram encontrados 4 (quatro) fatores que explicam o modelo, sendo que estes explicam 66,84% (sessenta e seis vírgula oitenta e quatro por cento) da variância total, conforme explicitado na Tabela 6 a seguir.

**Tabela 6 - Variância de Fatores**

Fatores	Total	% de Variância	% Acumulado	Total	Variância	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	7,86	39,32	39,32	7,864	39,319	39,319	4,274	21,369	21,369
2	2,23	11,15	50,47	2,229	11,147	50,466	3,349	16,745	38,114
3	1,85	9,24	59,71	1,848	9,241	59,707	3,273	16,366	54,480
4	1,43	7,13	66,84	1,427	7,133	66,840	2,472	12,360	66,840
5	1,18	5,88	72,72						
6	1,02	5,09	77,81						
7	0,72	3,59	81,40						
8	0,67	3,34	84,74						
9	0,55	2,75	87,48						
10	0,47	2,35	89,84						
11	0,37	1,84	91,68						
12	0,34	1,71	93,38						
13	0,30	1,50	94,88						
14	0,28	1,41	96,28						
15	0,20	0,98	97,27						
16	0,19	0,94	98,21						
17	0,16	0,78	98,99						
18	0,09	0,46	99,44						
19	0,07	0,35	99,79						
20	0,04	0,21	100,00						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Observa-se que o Fator 1 explica 21,36% (vinte e um vírgula trinta e seis por cento) da variância total dos indicadores, enquanto os Fatores 2, 3 e 4 explicam 16,74% (dezesseis vírgula setenta e quatro por cento), 16,36% (dezesseis vírgula trinta e seis por cento) e 12,36 (doze vírgula trinta e seis por cento), respectivamente.

Por seu turno, no que tange à Matriz Componente, cujo objetivo é relacionar os fatores a cada uma das variáveis ou indicadores, identificamos que os 4 fatores ficaram assim distribuídos. Ver tabela 7, a seguir.

**Tabela 7 - Matriz Componente**

	Fatores			
	1	2	3	4
Ind13	,90			
Ind14	,88			
Ind15	,78			
Ind16	,68			
Ind8	,64			
Ind17	,50			
Ind1		,82		
Ind3		,72		
Ind11		,71		
Ind12		,67		
Ind20		,49		
Ind5		,49		
Ind19			,91	
Ind18			,67	
Ind9			,67	
Ind10			,60	
Ind7			,50	
Ind6				,75
Ind2				,74
Ind4				,71

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2016.

Uma vez verificada a possibilidade de utilização da técnica da Análise Fatorial, bem como rotacionados os dados e encontrados os respectivos fatores, cabe agora nomeá-los e interpretá-los.

No que diz respeito ao Fator 1, o mais importante segundo a perspectiva dos entrevistados, houve o agrupamento dos indicadores relacionados com o endividamento, denotando a importância da limitação dos entes públicos em comprometerem seus recursos, sejam com dívidas de ordem contratual ou mobiliária, sejam com precatórios ou com operações de crédito (Vide Quadro 2).

### Quadro 2 - Fator 1 - Endividamento

IND13 Relação entre a Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida
IND14 Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida
IND15 Relação entre os Encargos da Dívida e Receita Corrente Líquida
IND16 Grau de endividamento através de operações de crédito
IND8 Participação da Dívida Consolidada Líquida no PIB
IND17 Endividamento à Curto Prazo

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2016.

Observa-se também nesse fator a importância da liquidez dos entes públicos, já que não importa, segundo a percepção dos entrevistados, que a dívida seja de curto ou longo prazo. É necessário salientar também a importância da dívida fundada (consolidada) em função do PIB, ou seja, o quanto ela representa frente aos bens e serviços produzidos em determinado exercício.

Em segundo plano, aparece o Desempenho da Arrecadação como Fator 2 (Quadro 3). Nesse caso, verifica-se o quão é importante tanto a “independência” das receitas tributárias frente à receita total, como também a posse de uma máquina tributária eficiente, capaz de desempenhar o seu papel constitucional de maneira eficiente, sendo indutora da geração de receitas, seja ela própria ou corrente, bem como da capacidade de investimento, inerentes aos entes que possuem uma substancial receita tributária própria, o que possibilita um maior poder de manobra nas escolhas de suas políticas públicas.

### Quadro 3 - Fator 2 - Desempenho da Arrecadação

IND1 Dependência da Receita Tributária
IND3 Eficiência da Arrecadação de Impostos
IND11 Capacidade de Geração Própria de Poupança
IND12 Capacidade de Geração Total de Poupança
IND20 Poupança Corrente
IND5 Relação de Investimento X Despesa Total

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2016.

No Quadro 4, é possível observar a importância do custo da máquina pública para a sociedade, seja ele em função de quanto representa a dívida pública líquida ou de quanto sobra das receitas correntes após o pagamento das despesas correntes, possibilitando auferir o

investimento realizado por habitante ou ainda o custo da arrecadação dos tributos, demonstrado através do indicador Receita Tributária *per capita*. Destaca-se também nesse grupo ou fator, a presença do indicador referente à participação das receitas de capital sobre a receita total, denotando a capacidade de investimento do ente público com esse tipo de receita.

#### Quadro 4 - Fator 3 - Custo do Investimento Público

IND19 Receitas de Capital <i>per capita</i>
IND18 Participação das Receitas de Capital sobre a Receita Total
IND9 Utilização Nominal das Receitas Correntes
IND10 Receitas Tributárias <i>per capita</i>
IND7 Participação da Dívida Consolidada Líquida frente à Dívida Total

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2016.

Por fim, o Quadro 5, evidenciado pelo Fator 4 revela a relação de dependência das despesas correntes e da de pessoal, frente ao total de despesa e da Receita Corrente Líquida, respectivamente. Nesse aspecto observamos a importância do equacionamento das despesas do dia a dia do ente federativo, bem como a questão relacionada à contratação de pessoal pela administração pública, que deveras é utilizada como manobra político-eleitoral, bem como vetor de corrupção. Enfatizamos o fato da presença no Fator 4 do indicador referente à Dependência das Transferências Constitucionais. Tal indicador traduz o desvirtuamento do propalado pacto federativo, no qual é espelhado as desigualdades regionais de um país continental e anacrônico, onde se legisla a mesma política tributária para o município de São Paulo – SP e para Coxixola - PB, obrigando os municípios pequenos a terem estruturas inadmissíveis para o controle da sua arrecadação de tributos e das suas despesas, onde identificamos a presença de entes federativos sem nenhuma possibilidade de auto financiamento, o que acaba acarretando uma disfunção cada vez maior daquele mencionado “pacto”.

#### Quadro 5 - Fator 4 - Relações de Dependência

IND6 Participação da Despesa com Pessoal frente à Receita Corrente Líquida
IND2 Dependência das Transferências Constitucionais
IND4 Relação de Dependência dos Gastos Correntes

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2016.

Considerando os resultados gerais da análise fatorial, depois que os pressupostos foram atendidos, pode-se concluir que as variáveis que melhor representam a percepção dos gestores fiscais em relação à importância dos indicadores de desempenho no setor público são os indicadores do Fator 1 - Endividamento, que se relacionam com suas dívidas, ou seja, demonstram a sua relevância no que diz respeito às suas espécies, a sua composição e os prazos contratuais, denotando que os gestores públicos devem levá-las em consideração no planejamento de políticas públicas, pautadas na responsabilização fiscal e no princípio constitucional da eficiência.

No que concerne às variáveis do Fator 2 – Desempenho da Arrecadação, elas constataam a relevância do papel das receitas na gestão fiscal, principalmente no que diz respeito à mensuração do desempenho das atribuições constitucionais tributárias dos entes federativos, haja vista a capacidade de indução das receitas em financiarem o investimento público.

Com relação ao Fator 3 – Custo do Investimento Público, os indicadores pertencentes a esse fator demonstram a participação da população na composição das receitas tributárias e de investimento, servindo para medir, de certa forma, o custo da máquina tributária e o retorno da arrecadação dos tributos para a sociedade.

Por fim, o Fator 4 – Relações de Dependência enumera os indicadores relacionados às despesas com pessoal e as cotidianas (correntes), enaltecendo à importância da busca pelo equilíbrio e equalização das receitas com os gastos imediatos e rotineiros. Nesse fator temos também a presença do indicador relativo à mensuração da dependência das transferências constitucionais, ao qual reputa-se como um dos maiores problemas dos municípios brasileiros, em virtude do elevado número de cidades sem condições administrativa e fiscal de se auto financiar, através da receita própria tributária, gerando uma disfunção do pacto federativo.

Em função do apresentado, conclui-se que os fatores identificados pela metodologia, além de representarem a opinião dos entrevistados, no que concerne à relevância dos indicadores fiscais, revelam também a importância do acompanhamento sistemático pela gestão pública das ações refletidas nos mencionados indicadores, tendo em vista que sua mensuração e observância consolida o entendimento da adoção da governança fiscal, como mecanismo para se alcançar uma gestão fiscal eficiente.

Ressalta-se, como limitação do estudo, aponta-se o tipo de amostragem utilizada, que foi por conveniência e acessibilidade, o que impossibilita de se fazer generalizações no atual contexto populacional.

Sugere-se que o estudo possa ser aplicado considerando os fatores encontrados em contextos geográficos específicos dos municípios e entes federativos, no intuito de proporcionar informações úteis ao processo de decisão no cenário da gestão pública.

Pelo que foi apresentado, evidenciou-se que todos os 20 indicadores foram considerados relevantes para o público pesquisado. Em função disto, após a escolha do campo de observação a ser utilizado, bem como do lapso temporal objeto de estudo, se tornou necessária a decisão da utilização dos dados referentes a todos os indicadores constantes do questionário.

#### 4.2 Eficiência Fiscal à Luz dos Resultados Obtidos

Após o tratamento dos dados, os resultados foram comparados sob a ótica da eficiência fiscal, através do aplicativo PROMETHEE II, referentes ao Exercício 2015, balizados pela Análise Fatorial, em face da opinião dos gestores fiscais participantes da pesquisa realizada.

No que diz respeito ao Fator 1 – Endividamento, o município melhor ranqueado foi Cabedelo que em 65,39 % das comparações, obteve indicadores com valores maiores que os demais. Já o município de Rio Tinto ficou na última colocação, tendo obtido melhores indicadores apenas em 11,96% das comparações, conforme Tabela 8.

**Tabela 8 - Resultados Fator 1 - Endividamento**

Ranking	Município	Phi	Phi+	Phi-
1	Cabedelo	0,59	0,6539	0,0639
2	Alhandra	0,5096	0,6137	0,1041
3	Cruz do Espírito Santo	0,4009	0,5594	0,1584
4	João Pessoa	0,1178	0,5589	0,4411
5	Pedras de Fogo	-0,0237	0,347	0,3708
6	Lucena	-0,0941	0,3119	0,4059
7	Conde	-0,0986	0,3096	0,4082
8	Bayeux	-0,2594	0,2292	0,4886
9	Santa Rita	-0,2868	0,2155	0,5023
10	Caaporã	-0,3772	0,2416	0,6187
11	Rio Tinto	-0,4785	0,1196	0,5982

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2016.

O município de Cabedelo se destacou nos Indicadores Participação da Dívida Consolidada Líquida no PIB e Relação da Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida. Como não possuiu operações de crédito no período, nem compromissos referentes à encargos da dívida, tudo isso fez com que o município alcançasse uma boa posição no ranking. No que concerne ao município de Rio Tinto, seu fraco desempenho está relacionado aos Indicadores Participação da Dívida Consolidada Líquida no PIB, Relação da Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida e Relação da Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida, denotando os sérios problemas da edilidade relativos ao alto grau de endividamento, que chega a comprometer 12,20% do PIB Municipal, e 66,84% e 60,30%, referentes a Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, em relação à Receita Corrente Líquida.

Já com respeito ao Fator 2 – Desempenho da Arrecadação, o destaque vai novamente para o município de Cabedelo, que foi vitorioso em 80,49% das comparações com os outros municípios da Região Metropolitana de João Pessoa. Apesar de não ter obtido a primeira colocação nos indicadores deste fator, Cabedelo quase sempre pontuando acima da média e próximo do primeiro colocado nos 6 indicadores relacionados ao Fator 2 – Desempenho da Arrecadação, fazendo com que o seu resultado neste item fosse satisfatório, de acordo com a Tabela 9.

**Tabela 9 - Resultados Fator 2 – Desempenho da Arrecadação**

Ranking	Município	Phi	Phi+	Phi-
1	Cabedelo	0,6097	0,8049	0,1951
2	Conde	0,5344	0,7672	0,2328
3	João Pessoa	0,5164	0,7582	0,2418
4	Caaporã	0,3292	0,6646	0,3354
5	Bayeux	0,2256	0,6128	0,3872
6	Lucena	-0,0882	0,4559	0,5441
7	Santa Rita	-0,1836	0,4082	0,5918
8	Alhandra	-0,38	0,31	0,69
9	Rio Tinto	-0,4133	0,2933	0,7067
10	Cruz do Espírito Santo	-0,5031	0,2485	0,7515
11	Pedras de Fogo	-0,6472	0,1764	0,8236

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2016.

Por seu turno, o município de Pedras de Fogo se posicionou na última colocação, tendo sido vitorioso apenas em 17,64% das comparações, além do fato de ter ficando em último

lugar em dois, em penúltimo em um e antepenúltimo em três dos indicadores do Fator 3 – Desempenho da Arrecadação, se destacando negativamente no Indicador Eficiência na Arrecadação de Imposto, arrecadando apenas 52,06% dos impostos orçados em 2015, bem como no Indicador Relação do Investimento X Despesa Total, denotando o baixo volume de recursos escriturados na rubrica Despesa de Capital no Exercício 2015.

Concernente ao Fator 3 - Custo do Investimento Público, o município melhor colocado foi João Pessoa, vitorioso em 87,28% na comparação com os outros municípios, como demonstrado na Tabela 10. Tal posição retrata o desempenho de João Pessoa que foi bem pontuada em todos os indicadores deste fator, ficando na segunda posição quatro vezes nos cinco indicadores pesquisados, bem como tendo ficando na terceira posição no Indicador Receita de Capital *per capita*, cujo fator de ponderação, de acordo com a Análise Fatorial é de 0,91. Tal cenário denota a capacidade, em termos comparativo com as demais cidades da região, que João Pessoa possui no que tange ao retorno proporcionados pelos tributos em investimento para a cidade.

Ressalta-se também, de forma diversa, o resultado obtido por Pedras de Fogo, que foi vitorioso em apenas 21,04% das comparações. O município teve os piores números nos Indicadores Participação das Receita de Capital sobre a Receita Total e Receitas de Capital per capita, o que demonstra a baixa escrituração de recursos orçamentários do município dos valores referentes a operações de crédito, alienações de bens, amortizações de empréstimos concedidos, transferências de capital e outras receitas de capitais, como por exemplo o valor do resultado do superávit do orçamento corrente, o que indica a falta de investimento por parte município neste exercício.

**Tabela 10 - Resultados Fator 3 – Custo do Investimento Público**

Ranking	Município	Phi	Phi+	Phi-
1	João Pessoa	0,7457	0,8728	0,1272
2	Alhandra	0,5128	0,7564	0,2436
3	Cabedelo	0,2597	0,6299	0,3701
4	Lucena	0,2585	0,6293	0,3707
5	Conde	0,1319	0,566	0,434
6	Rio Tinto	0,0687	0,5343	0,4657
7	Caaporã	-0,1678	0,4161	0,5839
8	Cruz do Espírito Santo	-0,3069	0,3466	0,6534
9	Santa Rita	-0,3755	0,3122	0,6878
10	Bayeux	-0,5481	0,226	0,774
11	Pedras de Fogo	-0,5791	0,2104	0,7896

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2016.

Por fim, no que concerne ao Fator 4 - Relações de Dependência, inversamente ao fator anterior, o destaque positivo foi o município de Pedras de Fogo, vitorioso em 86,45% das comparações, de acordo com a Tabela 11, obtendo a primeira colocação no Indicador Relação de Dependência dos Gastos Correntes e a terceira colocação nos dois outros indicadores deste fator, demonstrando um equacionamento das despesas correntes perante à despesa total do município.

Por outro lado, o pior desempenho deste fator foi do município de Caaporã, vitorioso em apenas 13,23% das comparações e que obteve o segundo pior resultado em dois e o terceiro em um dos indicadores do fator, demonstrando a alta dependências das transferências constitucionais, bem como o alto comprometimento com as despesas correntes do município.

**Tabela 11 - Resultados Fator 4 – Relações de Dependência**

Ranking	Município	Phi	Phi+	Phi-
1	Pedras de Fogo	0,7291	0,8645	0,1355
2	Lucena	0,4718	0,7359	0,2641
3	Cabedelo	0,4655	0,7327	0,2673
4	João Pessoa	0,1473	0,5736	0,4264
5	Conde	0,1209	0,5605	0,4395
6	Bayeux	0,0582	0,5291	0,4709
7	Alhandra	-0,0664	0,4668	0,5332
8	Santa Rita	-0,2009	0,3995	0,6005
9	Cruz do Espírito Santo	-0,3182	0,3409	0,6591
10	Rio Tinto	-0,6718	0,1641	0,8359
11	Caaporã	-0,7355	0,1323	0,8677

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2016.

Finalmente, observa-se, por ocasião da compilação de todos os indicadores, que o município de Cabedelo obteve o melhor desempenho em comparação com as demais cidades da Região Metropolitana de João Pessoa, de acordo com a Tabela 12 a seguir.

**Tabela 12 - Ranking Geral - 2015**

Ranking	Município	Phi	Phi+	Phi-
1	Cabedelo	0,4957	0,7032	0,2074
2	João Pessoa	0,387	0,6935	0,3065
3	Conde	0,1706	0,5406	0,37
4	Alhandra	0,1679	0,5393	0,3714
5	Lucena	0,083	0,4968	0,4138
6	Cruz do Espírito Santo	-0,1398	0,3854	0,5252
7	Bayeux	-0,142	0,3843	0,5263
8	Caaporã	-0,1842	0,3858	0,57
9	Pedras de Fogo	-0,2143	0,3482	0,5625
10	Santa Rita	-0,2655	0,3226	0,5881
11	Rio Tinto	-0,3584	0,2761	0,6345

**Fonte:** Resultados da pesquisa, 2016.

Essa colocação de Cabedelo se deve ao seu bom desempenho nos indicadores pesquisados, sendo vitorioso em 70,32% das comparações com os outros municípios, tendo obtido os melhores valores em oito destes indicadores (Dependência das Transferências Constitucionais, Participação da Dívida Consolidada Líquida frente à Dívida Total, Participação da Dívida Consolidada Líquida no PIB, Utilização Nominal das Receitas Correntes, Receita Tributária *per capita*, Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida, Relação entre os Encargos da Dívida e Receita Corrente Líquida, Grau de Endividamento Operações de Crédito), além de ter ficado acima da média em sete dos restantes. Merece destaque o desempenho no Indicador Dependência das Transferências Constitucionais que no Exercício de 2015 atingiu apenas o percentual de 62,38% do total das receitas orçadas. Em função da disponibilidade de caixa no Exercício 2015, ressaltamos também o desempenho de Cabedelo no Indicador Participação da Dívida Consolidada Líquida frente à Dívida Total que no período foi de apenas -363,59 %, ou seja, a sua dívida líquida poderia ser paga com sobras, tendo em vista o valor dos recursos disponíveis.

Por seu turno, o município de Rio Tinto teve o pior desempenho entre as cidades pesquisadas, sendo vitorioso em apenas 27,61% das comparações. Tal fato se deve aos resultados negativos obtidos nos Indicadores Participação da Despesa com Pessoal frente à Receita Corrente Líquida, Participação da Dívida Consolidada Líquida no PIB, Utilização Nominal das Receitas Correntes, Relação entre a Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida e Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida, revelando o alto endividamento municipal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão dos estudos, observa-se a coerência do modelo. O método se utilizou da pesquisa realizada com os gestores fiscais, na qual foram considerados, por estes, relevantes os 20 indicadores pesquisados e referenciados pela literatura, sendo colhidos os dados dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa - PB, bem como ponderados, para efeito de comparação, com os pesos, resultantes da análise fatorial, de cada indicador, que posteriormente, por ocasião da aplicação do método do PROMETHEE II, foram utilizados para ranquear a eficiência da gestão fiscal dos municípios no Exercício 2015.

Como resultado, observa-se que as conclusões, referentes à eficiência fiscal à luz dos indicadores pesquisados, são fidedignas, tendo em vista que retratam um perfil bastante verdadeiro da realidade dos municípios da Região Metropolitana de João Pessoa no que se refere à eficiência de suas gestões fiscais. Se faz necessário também salientar que se trata de um diagnóstico comparativo e estanque, relativo à eficiência fiscal dos municípios pesquisados, e como tal, não se pode generalizar os seus resultados, nem muito menos inferir acerca da qualidade dos serviços prestados pelas edidades à população. Tais conclusões só poderiam ser efetivadas com utilização de outros parâmetros referenciados, bem como de um estudo concernente à efetividade das ações governamentais na região, o que não foi objeto de presente estudo.

De toda sorte, o resultado final nos remete a algumas ponderações. Por coincidência ou não, os cinco primeiros municípios colocados no Ranking Geral 2015 do Promethee II são os que possuem a melhor relação PIB *per capita* na Região Metropolitana de João Pessoa, com exceção do município de Caaporã. Uma hipótese que pode ser levantada é se o maior poder econômico dessas cidades pode influir na eficiência de suas gestões fiscais. No que concerne à Caaporã, especificamente, se faz necessário explicitar mais detalhadamente a sua situação fiscal. Apesar de possuir R\$ 19.549,55 (dezenove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) de PIB *per capita*, o seu fraco desempenho no Ranking Geral 2015 se deve a sua alta dependência com relação as transferências constitucionais, bem como do comprometimento da sua Receita Corrente Líquida em relação as suas despesas com pessoal, demonstrando um desacerto da gestão fiscal no que concerne a falta de estrutura da sua máquina tributária, bem como ao inchaço da folha de pagamento do funcionalismo público municipal, que comprometeu 61,68% da sua Receita Corrente Líquida, ficando na frente apenas de Rio Tinto, o pior valor nesse indicador. Atrelada a estas questões, mas tão importante quanto, existe uma instabilidade política no município, sendo a gestão alvo de

várias denúncias e investigações no Ministério Público Estadual, tendo, inclusive, o atual prefeito sido processado, em 2015, pelo Tribunal de Justiça da Paraíba por Crime de Responsabilidade.

Outra questão que pode ser levantada, no que se refere aos motivos que podem interferir no resultado do Ranking Geral 2015, é o tamanho da população e do território do município. No caso de Cabedelo, o primeiro colocado no Ranking Geral 2015, o município possui uma população estimada em 2015 de 65.634 habitantes espalhados no território de apenas 31,26 km<sup>2</sup>. Em função dessa pequena área de atuação, a edilidade, em tese, seria menos demandada do que as que possuem um território maior. Além dessas características, Cabedelo possui a melhor relação PIB *per capita* entre as demais cidades, conforme Tabela 2.

A segunda cidade melhor colocada no Ranking Geral 2015 foi João Pessoa. Destaca-se o desempenho da capital do Estado da Paraíba no que se refere a capacidade arrecadatória do município, o que reflete também na geração de poupança própria, bem como na poupança corrente da edilidade. Ressalta-se também a questão relacionada ao PIB municipal, já que João Pessoa possui o maior dentre as demais cidades da região metropolitana.

No reverso da moeda, o município de Rio Tinto ficou com a última posição no Ranking Geral 2015. Tal desempenho explica-se pelo alto grau de endividamento do município, bem como a sua baixa capacidade de geração de poupança própria, refletida no fraco desempenho da sua máquina arrecadatória no exercício. Conjugado a essa situação, salienta-se que Rio Tinto possui a mais baixa densidade demográfica dentre os municípios da Região Metropolitana de João Pessoa. Rio Tinto possui uma população estimada em 2015 de 24.023 habitantes distribuída em 466,39 km<sup>2</sup>, sendo 43,17% domiciliada na área rural e 56,83% na área urbana. Soma-se a isto o fato de que Rio Tinto ter uma relação PIB *per capita* de R\$ 8.145,96 (oito mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa e seis centavos), denotando a sua baixa capacidade de produção de riqueza e em consequência a sua baixa arrecadação de tributos próprios, acarretando o baixo poder de investimento do município.

Ainda como destaque negativo no Ranking Geral 2015, temos o município de Santa Rita. Com 726,56 m<sup>2</sup> de área, Santa Rita possui o maior território dentre as cidades pesquisadas. Apesar do seu parque fabril considerável e de produzir boa parte da cana consumida pela indústria suco-alcooleira, Santa Rita não consegue absorver esta riqueza produzida. Existe um enorme caos social no município, traduzido pela violência e pela falta de estrutura dos serviços públicos, independentemente de ser o terceiro maior PIB entre as cidades da Região Metropolitana de João Pessoa, ficando atrás apenas da capital e de Cabedelo. Atrelada também a essa situação, o município teve o prefeito constitucionalmente eleito sido afastado e

reconduzido por diversas vezes nesta gestão, em função da cassação do seu mandato pela Câmara de Vereadores e pelos diversos recursos judiciais interpostos pelo titular, de forma a prejudicar a gestão fiscal em função da descontinuidade administrativa.

Todos esses fatores merecem a devida consideração, bem como sugere-se um estudo acurado acerca da interação dessas variáveis com os indicadores de eficiência fiscal, como desdobramentos dos achados aqui apresentados.

Por oportuno, como forma de colaborar com a transparência das ações governamentais no âmbito dos governos subnacionais, acredita-se que os órgãos de controle, a exemplo do Tribunal de Contas do Estado – TCE/PB e a Controladoria Geral da União – CGU, podem e devem acompanhar concomitantemente os seus jurisdicionados. Para tanto, propõe-se a criação de um sistema informatizado nestes órgãos, em particular, nos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios, no qual, através da prestação de informações (dados parametrizados) de caráter compulsório, os entes federativos disponibilizariam os dados referentes aos indicadores pesquisados, sob o formato de prestações de contas mensais e anuais, de acordo com a disponibilidade e periodicidade.

No que diz respeito aos dados de amplitude nacional, disponíveis em órgãos especializados, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os mesmos seriam acessados e coletados através de convênios celebrados entre órgãos competentes.

Após o tratamento e a análise pormenorizada dos dados, as informações seriam acessadas através da rede mundial de computadores (internet), enaltecendo a transparência do processo, bem como a possibilidade de aferição, por parte da população, da eficiência das gestões jurisdicionadas.

Como forma de premiar as boas práticas, também seria estabelecido um ranking, no qual evidenciaria os municípios mais eficientes no que concerne à gestão fiscal municipal.

Por fim, cabe também propor a criação de um prêmio anual, no qual seriam agraciados os gestores que obtiverem os melhores resultados aquilatados pelo sistema de monitoramento, como forma de reconhecimento das boas práticas.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, 24, 42-67. Junho/2005.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Edição Especial Comemorativa, p. 67-86, 2007.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; SANO, Hironobu. Promessas e resultados da nova gestão pública no Brasil: o caso das organizações sociais de saúde em São Paulo. **Revista Administração de Empresas**. Fundação Getúlio Vargas, Volume 48, nº 3. jul./set. 2008.
- AFONSO, Antônio; St. AUBYN, Miguel. **Cross-Country efficiency of secondary education provision. A Semi-parametric analysis with discretionary inputs. Working Paper Series**. Nº 494. European Central Bank. June 2005.
- ALMEIDA, Brunna Carvalho; DE PAULA, Sílvio Luiz. **O papel da avaliação de políticas públicas no contexto dos governos locais. Planejamento e Políticas Públicas**. n. 42, jan./jun. 2014.
- ALMEIDA, Mário Sérgio de. **Estudo dos Indicadores Orçamentários de Sustentabilidade: Prefeitura Municipal De Curitiba**. 2008. 105 f. Monografia (Especialista em Contabilidade e Finanças) – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2008.
- ALMEIDA, Adiel Teixeira de. **Processo de Decisão nas Organizações: Construindo Modelos de Decisão Multicritério**. São Paulo: Atlas, 2013.
- AKIM, Érica Kushiara; MERGULHÃO, Ricardo Coser. Panorama da produção intelectual sobre a medição de desempenho na gestão pública. **Rev. Adm. Pública**, 49 (2), p. 337-366, mar/abr. 2015.
- ANTICO, Cláudia; JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores e a gestão de políticas públicas**. Disponível em: <[https://julioandrade.wikispaces.com/file/view/Indicadores\\_e\\_Gest%C3%A3o\\_de\\_Pol%C3%ADticas\\_P%C3%ABlicas.pdf](https://julioandrade.wikispaces.com/file/view/Indicadores_e_Gest%C3%A3o_de_Pol%C3%ADticas_P%C3%ABlicas.pdf)>. Acesso em: 14 mai. 2016.
- ARAÚJO, Afrânio Galdino de; ALMEIDA, Adiel Teixeira de. Apoio à decisão na seleção de investimentos em petróleo e gás: uma aplicação utilizando o método PROMETHEE. **Revista Gestão e Produção**, São Carlos, v. 16, n. 4, p. 534-543, out.-dez. 2009.
- ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no Estudo sobre Avaliação. In: Elizabeth Melo Rico (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 29-39.

BARACHO, Maria Amarante Pastor. **A importância da gestão de contas públicas municipais sob as premissas da governance e accountability**. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/233845/Baracho.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BEZERRA, Victor Vidal Negreiros. **Avaliação de desempenho municipal através da análise multicritério: uma aplicação em microrregiões paraibanas**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais. Sousa. 2016.

BRASIL, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF, 05 de maio de 2000 b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

CARVALHO, José Ribamar Marques de; OLIVEIRA. Sistema de indicadores para a gestão de recursos hídricos em municípios: uma abordagem através dos métodos multicritério e multidecisor. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais. UFCG, 2013.

CARVALHO, José Ribamar Marques de; OLIVEIRA, Gilmara Ferreira de; SANTIAGO, Josicarla Soares. Dívida pública: um estudo de indicadores dos estados nordestinos. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337 FURB, v. 6, n.2, p. 82-100, abr./jun., 2010.

CARVALHO, José Ribamar Mendes de; TOMAZ, Francilene Araújo Silva. Qualidade em serviços contábeis: um estudo nas empresas do setor de comércio varejista de material de construção. **Revista Alcance** - Eletrônica, Vol. 18 - n. 2 - p. 91-103 / abr-jun 2010.

CASTRO, Rodrigo Batista de. **Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública**. ENANPAD. Salvador, 2006.

CICA, Canadian Institute Off Chartered Accountants. **Indicators of government financial condition**. Research report. Canada: 1997.

DENIS, J. L. Institucionalização da avaliação na administração pública. **Revista Brasileira de saúde maternal e infantil**. Recife, p. S229-S237, nov. 2010.

DALF, Richard L. **Teoria e Projetos das Organizações**. 6. ed. Rio de janeiro: LTC, 1999.

DANTAS, Fabiano da Costa. **Eficiência dos gastos públicos em educação fundamental: uma análise nos municípios do estado do Rio Grande do Norte, 2007 e 2011.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2013.135 fls. Disponível em: <[http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/14084/1/FabianoCD\\_DISSERT.pdf](http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/14084/1/FabianoCD_DISSERT.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2015.

DIAS, Fernando Pacheco Machado. **Diferenciais de receita tributária per capita e oferta de serviços públicos em municípios da Região Metropolitana de Salvador.** RI - UFBA Faculdade de Economia. Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9910>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

DRUCKER, Peter. **Managing for Result-Taking Decisions: Economic Tasks and Risk.** California. *Harper e Row*. 1964.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa.** Disponível em: <<http://monografias.brasile scola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

ERCOLE et al., Flávia Falci. **Efeito da imputação de dados faltantes em banco de dados de infecção de sítio cirúrgico em pacientes ortopédicos em Belo Horizonte.** 2010. Disponível em: <[http://plutao.est.ufmg.br/arquivos/rts/imputacao29\\_06\\_2010.pdf](http://plutao.est.ufmg.br/arquivos/rts/imputacao29_06_2010.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2016.

ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo; Rogério Tadeu de Oliveira Lacerda. Uma análise bibliométrica da literatura sobre estratégia e avaliação de desempenho. **Revista Gestão e Produção**, São Carlos, v. 19, n. 1, p. 59-78, 2012.

FARIA, Flávia Peixoto; JANNUZZI, Paulo de Martino; SILVA, Silvano José. Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro. 42 (1): Jan/Fev. 2008.

FRANZESE, Cibele. **Federalismo cooperativo no Brasil: da Constituição de 1988 aos sistemas de políticas públicas.** Tese de doutorado em Administração Pública e Governo), Curso de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil. 2010.

FRANCO-SANTOS, Monica et al. **Contemporary performance measurement systems: a review of their consequences and a framework for research.** *Management Accounting Research*, v. 23, n. 2, p. 79-119, 2012.

GERIGK, Wilson; CLEMENTE, Ademir; TAFFAREL, Marinês. **O impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre a gestão financeira municipal: um estudo com os municípios do Paraná.** FACECLA, Campo Largo – PR, Brasil. *RECADM*, v. 10| n. 1, p. 64-83. Maio/2011.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Gestão por Resultados e eficiência na Administração Pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais.** São Paulo: EAESP/FGV, 2009, 187 p. (Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Doutorado de Administração Pública e Governo da EAESP/FGV, Área de Concentração: Transformações do Estado e Políticas Públicas).

GOMES, Josir Simeone; SALAS, Joan Maria Amat. **Controle de Gestão: uma abordagem contextual e organizacional.** São Paulo: Atlas, 1997.

GIUBERTI, Ana Carolina. **Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os Gastos dos Municípios Brasileiros.** Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Departamento de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2005.

HAIR JR., J. et al. **Análise multivariada de dados.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HEIJDEN, Van Der; DONDERS, A; STIJNEN T; MOONS, K. Imputation of missing values is superior to complete case analysis and the missing-indicator method in multivariable diagnostic research: a clinical example. *J Clin Epidemiol* 2006; 59:1102-9.

JUBRAN, Aparecido Jorge. **Modelo de análise de eficiência na administração pública: estudo aplicado às prefeituras brasileiras usando a análise envoltória de dados.** 226 fls. Tese (Doutorado). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos. São Paulo, 2006.

JÚNIOR, Celso Vila Nova de Souza; GASPARINI, Carlos Eduardo. **Análise da equidade e da eficiência dos estados no contexto do federalismo fiscal brasileiro.** Estudos Econômicos, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 803-832, Out/Dez 2006.

LIMA, Maria Teresa de Araújo de; OLIVEIRA, Elaine Cristina Batista de; ALENCAR, Luciana Hazin. Modelo de apoio à decisão para priorização de projetos em uma empresa de saneamento. *Revisata Production*, v. 24, n. 2, p. 351-363, Apr./June 2014.

MACHADO, Júlio César; ZUCCO, Alba; OZAKI, Marcos Takao; MAZZALI, Leonel. **Descentralização, autonomia fiscal e sustentabilidade financeira na administração municipal: um estudo no estado de São Paulo.** VIII Semead. Seminários em Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração da FEA/USP. Setembro 2010.

MARTINS, Cristiane Fortes Nunes. **Princípio da Eficiência na Administração Pública.** Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-princ%20C3%ADpio-da-efici%20C3%Aancia-na-administra%20C3%A7%C3%A3o-p%20C3%BAblica>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

MATIAS, Alberto Borges; CAMPELLO, Carlos A. G. B. **Administração financeira municipal.** São Paulo: Atlas, 2000.

MATIAS-PERREIRA, José. **Curso de Administração Pública: Foco nas instituições governamentais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: Seminário Internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2, USC, Bauru, 2004.

MEGGINSON, Leon C. et al. **Administração: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998.

MELLO, Gilmar Ribeiro; SLOMSKI, Valmor. **O endividamento dos Estados Brasileiros: verificação da situação utilizando a Análise Multivariada de Dados**. Contabilidade Vista & Revista. v. 19, n. 1, p. 11-35, jan/mar. 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. **O estado da arte da gestão pública**. RAE. Pensata. São Paulo v. 53 n. 1 jan/fev. 2013.

NUINTIN, A. A. **Eficiência da aplicação de recursos públicos nas universidades federais**. 169 fls. Tese (Doutorado). UFLA – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

NUNES, Luciana Neves; KLUCK, Mariza Machado; FACHEL Jandyra Maria Guimarães. **Uso da imputação múltipla de dados faltantes: uma simulação utilizando dados epidemiológicos**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(2):268-278, fev, 2009.

PAULA, Ana Paula de Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Administrativo**. 7. ed. Niterói: Impetus, 2005.

PEÑA, Carlos Rosano. Um modelo de avaliação de eficiência da administração pública através do método Análise Envoltória de Dados (DEA). **Revista de Administração Contemporânea**. v. 12, n. 1, p. 83-106, jan./mar. Curitiba, 2008.

OLÍAS, Blanca Lima. **La nueva gestion pública**. Madrid: Prattice Hall. 2001.

REZENDE, Flávio da Cunha. **O dilema do controle e a falha sequencial nas reformas gerenciais**. Revista do Serviço Público. Ano 53 Número 3 Jul-Set 2002.

RIBEIRO, M. B. **Desempenho e eficiência do gasto público: uma análise comparativa entre o Brasil e um conjunto de países da América Latina**. Texto para discussão, n. 1368. Rio de Janeiro: IPEA, dezembro 2008.

RODRIGUES, Adriano; PAULO, Edilson. Introdução à análise multivariada. In. CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS-FILHO, J. Maria (Coord.). **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 1-72.

ROSA, Márcio Fernandes Elias. **Direito administrativo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RUBIN D. Multiple imputation after 18+ years. **J Am Stat Assoc**, 1996; 91:473-89.

SÁ, William Ricardo. **Elementos para uma economia política da performance fiscal**. XXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. 2001.

SANDERSON, Ian. Performance management, evaluation and learning in ‘modern’ local government. **Public Administration**, v. 79, n. 2, p. 297-313, 2001.

SANO, Hironobu; FILHO, Mário Jorge França Montenegro. **As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas**. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. Ano 11. Nº 22. Jan/abr 2013.

SERRA, Alberto. **Modelo aberto de gestão para resultados no setor público – Natal, RN**. SEARH, 2008.

SHARKANSKY, Ira. **Wither the state?** Politics and public enterprise in three countries. Chatham, New Jersey: Chatham House, 1979.

SILVA, Vanessa Batista de Sousa; Schramm, Fernando; Carvalho; Hugo Riccely Cunha de. O uso do método PROMETHEE para seleção de candidatos à bolsa-formação do Pronatec. **Revista Production**, v. 24, n. 3, p. 548-558, July/Sept. 2011.

SPEKLÉ, Roland F.; VERBEETEN, Frank H. M. The use of performance measurement systems in the public sector: effects on performance. **Management Accounting Research**, v. 25, n. 2, p. 131-146, 2014.

SPINAK, Ernesto. **Dicionário enciclopédico de bibliometria, cienciometria e informetria**. Montevideu: Unesco, 1996.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

TIEBOUT, Charles Mills. A pure theory of local expenditures, in D. Netze e M. Drennan (ed.), **Readings in state and local public finance**. Massachusetts, Blakwell Publishers Ind., pp 27-38, 1958.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB, Observatório de Recursos Humanos em Saúde. **Despesa com Pessoal e Lei de Responsabilidade Fiscal: Uma Análise da Situação na União, nas Unidades Federadas e nos Municípios**. Brasília-DF, Brasil. Janeiro, 2006. Disponível em:

<[http://www.observarh.org.br/observarh/repertorio/Repertorio\\_ObservaRH/NESP-UnB/Despesa\\_pessoal\\_LRF.pdf](http://www.observarh.org.br/observarh/repertorio/Repertorio_ObservaRH/NESP-UnB/Despesa_pessoal_LRF.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2016.

VARELA, Patrícia Siqueira; PACHECO, Regina Silvia Viotto Monteiro. Federalismo e Gastos em Saúde: competição e cooperação nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista Contabilidade e Finanças**. – USP, São Paulo, v. 23, n. 59, p. 116-127, maio/jun./jul./ago. 2012.

VERSIANI, Flávio Rabelo. **A dívida pública interna e sua trajetória recente**. Universidade de Brasília / departamento de Economia. Texto 284, mar. 2003.

VELASCO, Andrés. **A modelo endogenous fiscal deficits and delayed fiscal reforms**. **National Bureau of Economic research**. Working Paper nº 6.336, Cambridge, 1997.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Estratégias de bem-estar e políticas públicas. Revan. Ucam. Iuperj, Rio de Janeiro, 1998.

VINCKE, Philippe. **Multicriteria decision aid**. Bruxelles: Jonh Wiley & Sons, 1992.

ZAGO, S. L. S. **Balanced Scorecard como ferramenta na avaliação de desempenho da gestão do orçamento público** – Caso prático: DMAE. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Economia. Porto Alegre, 2006.

ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel. **Direito e economia: análise do direito e das organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ZOGHBI, Ana Carolina Pereira; ROCHA, Fabiana Fontes; MATOS, Enlinson Henrique Carvalho de; ARVATE, Paulo Roberto. **Mensurando o desempenho e a eficiência dos gastos estaduais em educação fundamental e média**. Estudos Econômicos. São Paulo, v. 39, n. 4, p. 785-809, Out/Dez 2009.

## Apêndice

### Questionário de Pesquisa

Indicador	Fórmula	Forma de Avaliação do Indicador					
		Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Sem opinião formada
1. Dependência da Receita Tributária	Percentual da Receita Tributária em relação à Receita Total.						
2. Dependência das Transferências Constitucionais	Percentual das Transferências Constitucionais em relação Receita Total.						
3. Eficiência da Arrecadação de Impostos	Percentual dos impostos arrecadados em relação os impostos cobrados/faturados/orçados.						
4. Relação de Dependência dos Gastos Correntes	Razão entre Despesas Correntes e o Total de Despesas.						
5. Relação de Investimento X Despesa Total	Razão entre as Despesas de Capital e o Total de Despesas.						
6. Participação da Despesa com Pessoal frente à Receita Corrente Líquida	Percentual dos gastos de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.						
7. Participação da Dívida Consolidada Líquida frente à Dívida Total	Percentual da Dívida corrente Líquida em relação à Dívida Total.						
8. Participação da Dívida Consolidada Líquida no PIB	Percentual da Dívida Consolidada Líquida em relação ao PIB (Resultado da Economia).						
9. Utilização Nominal das Receitas Correntes	Diferença entre a Receita Corrente Líquida e a Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida.						

Indicador	Fórmula	Forma de Avaliação do Indicador					
		Nenhum	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Sem opinião formada
10. Receitas Tributárias Per Capita	Razão das Receitas Tributárias sobre a população.						
11. Capacidade de Geração Própria de Poupança	Diferença entre Receitas Tributárias e Despesas Correntes sobre Receita Tributária.						
12. Capacidade de Geração Total de Poupança	Diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes sobre Receitas Correntes.						
13. Relação entre a Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida	Razão entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida.						
14. Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida	Razão entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida.						
15. Relação entre os Encargos da Dívida e Receita Corrente Líquida	Razão entre os Encargos da Dívida e a Receita Corrente Líquida.						
16. Grau de endividamento através de operações de crédito	Percentual das Operações de Crédito em Relação à Receita Corrente Líquida.						
17. Endividamento à Curto Prazo	Razão entre Receitas Correntes e Restos a Pagar.						
18. Participação das Receitas de Capital sobre a Receita Total	Percentual das Receitas de Capital em relação à Receita Total.						
19. Receitas de Capital Per Capita	Razão entre as Receitas de Capital e a população.						
20. Poupança Corrente	Diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas Correntes.						

**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## Indicadores e Fórmulas

Indicador	Fórmula
IND1 Dependência da Receita Tributária	$(\text{Receita Tributária}/\text{Receita Total}) \times 100$
IND2 Dependência das Transferências Constitucionais	$(\text{Transferências Constitucionais}/\text{Receita Total}) \times 100$
IND3 Eficiência da Arrecadação de Impostos	$(\text{Receita Tributária}/\text{Receita Tributária Orçada}) \times 100$
IND4 Relação de Dependência dos Gastos Correntes	$(\text{Despesa Corrente}/\text{Despesa Total}) \times 100$
IND5 Relação de Investimento X Despesa Total	$(\text{Despesa de Capital}/\text{Despesa Total}) \times 100$
IND6 Participação da Despesa com Pessoal frente à Receita Corrente Líquida	$(\text{Gasto com Pessoal}/\text{Receita Corrente Líquida}) \times 100$
IND7 Participação da Dívida Consolidada Líquida frente à Dívida Total	$(\text{Dívida Consolidada Líquida}/\text{Dívida Consolidada}) \times 100$
IND8 Participação da Dívida Consolidada Líquida no PIB	$(\text{Dívida Consolidada Líquida}/\text{PIB}) \times 100$
IND9 Utilização Nominal das Receitas Correntes	$(\text{Receita Corrente Líquida} - \text{Dívida Consolidada Líquida})/\text{Receita Corrente Líquida} \times 100$
IND10 Receitas Tributárias <i>per capita</i>	$(\text{Receita Tributária}/\text{População})$
IND11 Capacidade de Geração Própria de Poupança	$(\text{Receita Tributária} - \text{Despesa Corrente})/\text{Receita Tributária} \times 100$
IND12 Capacidade de Geração Total de Poupança	$(\text{Receita Corrente} - \text{Despesa Corrente}) / \text{Receita Corrente} \times 100$
IND13 Relação entre a Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida	$(\text{Dívida Consolidada}/\text{Receita Corrente Líquida}) \times 100$
IND14 Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida	$(\text{Dívida Consolidada Líquida}/\text{Receita Corrente Líquida}) \times 100$
IND15 Relação entre os Encargos da Dívida e Receita Corrente Líquida	$(\text{Encargos da Dívida}/\text{Receita Corrente Líquida}) \times 100$
IND16 Grau de endividamento através de operações de crédito	$(\text{Operações de Crédito}/\text{Receita Corrente Líquida}) \times 100$
IND17 Endividamento à Curto Prazo	$(\text{Restos a Pagar}/\text{Receitas Correntes}) \times 100$
IND18 Participação das Receitas de Capital sobre a Receita Total	$(\text{Receita de Capital}/\text{Receita Total}) \times 100$
IND19 Receitas de Capital <i>per capita</i>	$(\text{Receita de Capital}/\text{População})$
IND20 Poupança Corrente	$(\text{Receita Corrente} - \text{Despesa Corrente})$

**Fonte:** Elaboração própria (2016).

**Média Dados Faltantes Conde**

Ano	Ordem	Nome da Dívida	Valor
2009	14	Despesa Corrente	25.591.931,89
2010	14	Despesa Corrente	30.418.621,81
2011	14	Despesa Corrente	33.910.884,21
2012	14	Despesa Corrente	38.703.686,69
2013	14	Despesa Corrente	47.818.936,76
2014	14	Despesa Corrente	51.162.883,95
		Soma	227.606.945,31
		Média	37.934.490,89
2009	16	Despesa de Capital	704.822,17
2010	16	Despesa de Capital	1.801.643,72
2011	16	Despesa de Capital	2.923.027,70
2012	16	Despesa de Capital	3.718.817,04
2013	16	Despesa de Capital	4.577.084,74
2014	16	Despesa de Capital	4.359.566,78
		Soma	18.084.962,15
		Média	3.014.160,36
2009	13	Despesa Total	26.576.921,89
2010	13	Despesa Total	37.456.432,76
2011	13	Despesa Total	43.713.425,26
2012	13	Despesa Total	48.054.766,12
2013	13	Despesa Total	53.671.631,16
2014	13	Despesa Total	55.758.018,81
		Soma	265.231.196,00
		Média	44.205.199,33

**Fonte:** Elaboração própria (2016).

**Média Dados Faltantes Cruz do Espírito Santo**

Ano	Ordem	Nome da Dívida	Valor
2009	1	Dívida Consolidada	3.272.698,49
2010	1	Dívida Consolidada	3.765.915,24
2011	1	Dívida Consolidada	-
2012	1	Dívida Consolidada	42.598,87
2013	1	Dívida Consolidada	-
2014	1	Dívida Consolidada	-
		Soma	7.081.212,60
		Média	2.360.404,20
		Dívida Consolidada	
2009	2	Líquida	430.731,39
		Dívida Consolidada	
2010	2	Líquida	- 89.559,63
		Dívida Consolidada	
2011	2	Líquida	-
		Dívida Consolidada	
2012	2	Líquida	- 5.340.627,93
		Dívida Consolidada	
2013	2	Líquida	-
		Dívida Consolidada	
2014	2	Líquida	-
		Soma	- 4.999.456,17
		Média	- 1.666.485,39

**Fonte:** Elaboração própria (2016).

**Média Dados Faltantes Alhandra**

Ano	Ordem	Nome da Dívida	Valor
2009	1	Dívida Consolidada	4.476.925,91
2010	1	Dívida Consolidada	3.566.231,73
2011	1	Dívida Consolidada	3.566.231,73
2012	1	Dívida Consolidada	0,00
2013	1	Dívida Consolidada	0,00
2014	1	Dívida Consolidada	0,00
		Soma	11.609.389,37
		Média	3.869.796,46

**Fonte:** Elaboração própria (2016).

**Média Dados Faltantes Lucena**

Ano	Ordem	Nome da Dívida	Valor
2009	1	Dívida Consolidada	0,00
2010	1	Dívida Consolidada	2.028.304,96
2011	1	Dívida Consolidada	0,00
2012	1	Dívida Consolidada	0,00
2013	1	Dívida Consolidada	9.527.052,08
2014	1	Dívida Consolidada	12.189.878,73
		Soma	23.745.235,77
		Média	7.915.078,59

**Fonte:** Elaboração própria (2016).

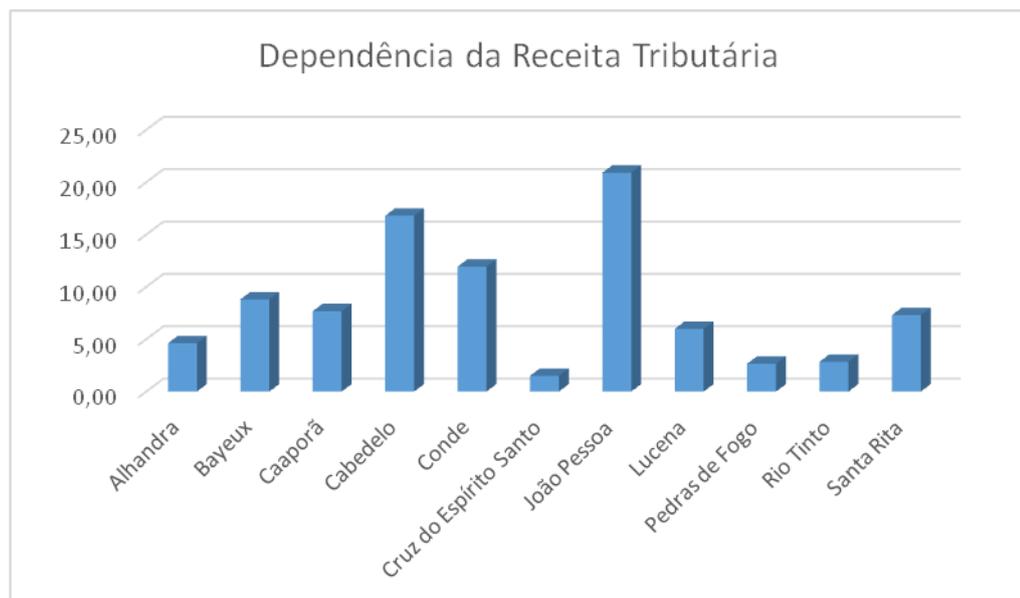
## Estatística Descritiva

### IND1 Dependência da Receita Tributária

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	4,62
2501807	Bayeux	8,81
2503001	Caaporã	7,68
2503209	Cabedelo	16,80
2504603	Conde	11,93
2504900	Cruz do Espírito Santo	1,50
2507507	João Pessoa	20,91
2508604	Lucena	5,99
2511202	Pedras de Fogo	2,66
2512903	Rio Tinto	2,85
2513703	Santa Rita	7,31

### Estatística Descritiva

Média	8,28
Desvio padrão	6,10
Intervalo	19,41
Mínimo	1,50
Máximo	20,91
Contagem	11



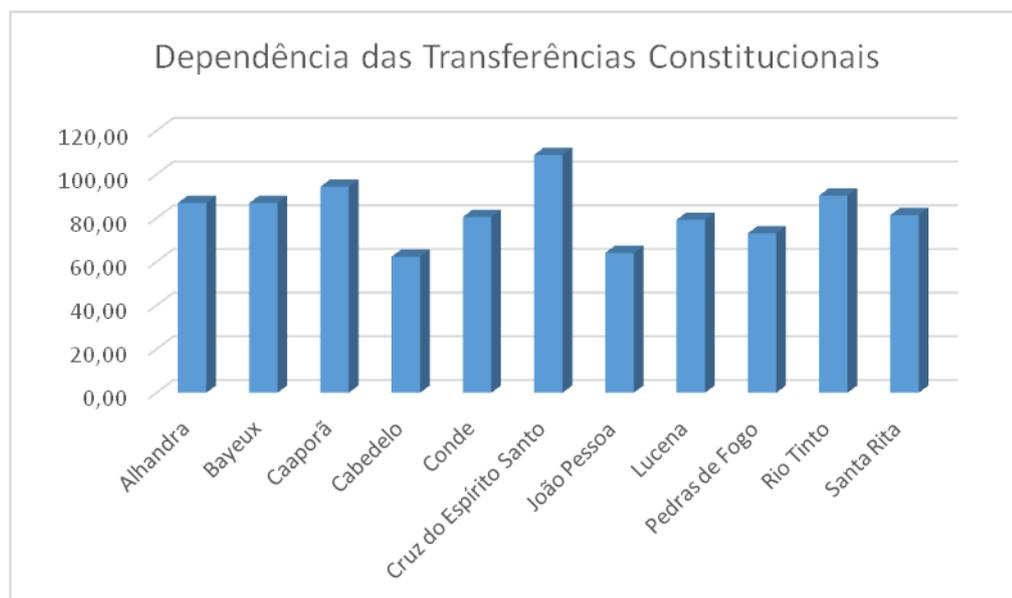
**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND2 Dependência das Transferências Constitucionais

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	86,94
2501807	Bayeux	86,87
2503001	Caaporã	94,36
2503209	Cabedelo	62,38
2504603	Conde	80,54
2504900	Cruz do Espírito Santo	108,94
2507507	João Pessoa	64,12
2508604	Lucena	79,24
2511202	Pedras de Fogo	73,03
2512903	Rio Tinto	90,32
2513703	Santa Rita	81,37

## Estatística Descritiva

Média	82,56
Desvio padrão	13,37
Intervalo	46,56
Mínimo	62,38
Máximo	108,94
Contagem	11



Fonte: Elaboração própria (2016).

## IND3 Eficiência da Arrecadação de Impostos

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	68,63
2501807	Bayeux	90,11
2503001	Caaporã	118,15
2503209	Cabedelo	103,03
2504603	Conde	69,49
2504900	Cruz do Espírito Santo	55,61
2507507	João Pessoa	98,38
2508604	Lucena	180,78
2511202	Pedras de Fogo	52,06
2512903	Rio Tinto	91,74
2513703	Santa Rita	89,56

## Estatística Descritiva

Média	92,50
Desvio padrão	35,65
Intervalo	128,72
Mínimo	52,06
Máximo	180,78
Contagem	11

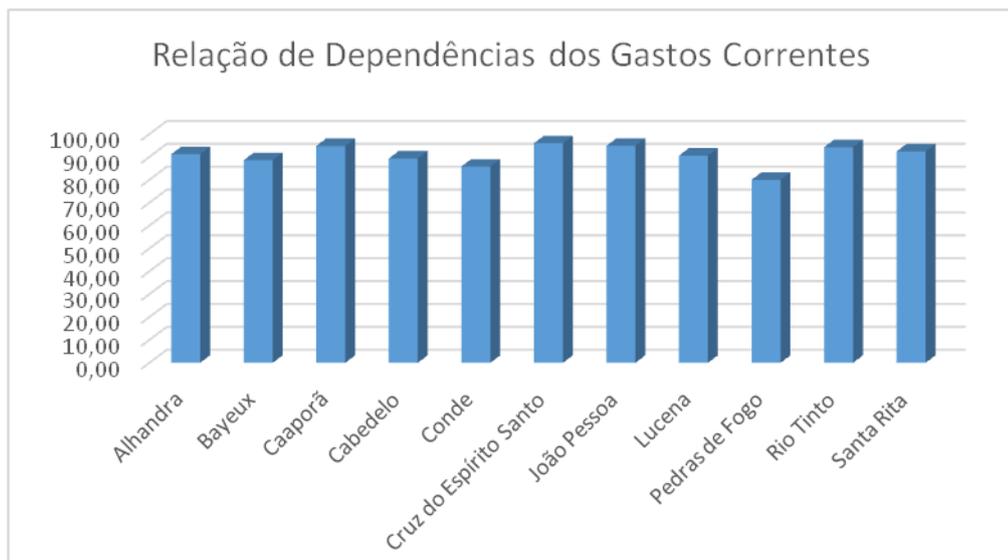


**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND4 Relação de Dependência dos Gastos Correntes

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	91,18
2501807	Bayeux	88,59
2503001	Caaporã	94,81
2503209	Cabedelo	89,33
2504603	Conde	85,81
2504900	Cruz do Espírito Santo	95,98
2507507	João Pessoa	94,84
2508604	Lucena	90,58
2511202	Pedras de Fogo	79,97
2512903	Rio Tinto	94,24
2513703	Santa Rita	92,43

Estatística Descritiva	
Média	90,71
Desvio padrão	4,72
Intervalo	16,01
Mínimo	79,97
Máximo	95,98
Contagem	11



**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND5 Relação de Investimento X Despesa Total

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	6,80
2501807	Bayeux	4,78
2503001	Caaporã	5,19
2503209	Cabedelo	5,80
2504603	Conde	6,82
2504900	Cruz do Espírito Santo	4,02
2507507	João Pessoa	4,18
2508604	Lucena	5,70
2511202	Pedras de Fogo	3,36
2512903	Rio Tinto	5,76
2513703	Santa Rita	6,15

## Estatística Descritiva

Média	5,32
Desvio padrão	1,13
Intervalo	3,46
Mínimo	3,36
Máximo	6,82
Contagem	11

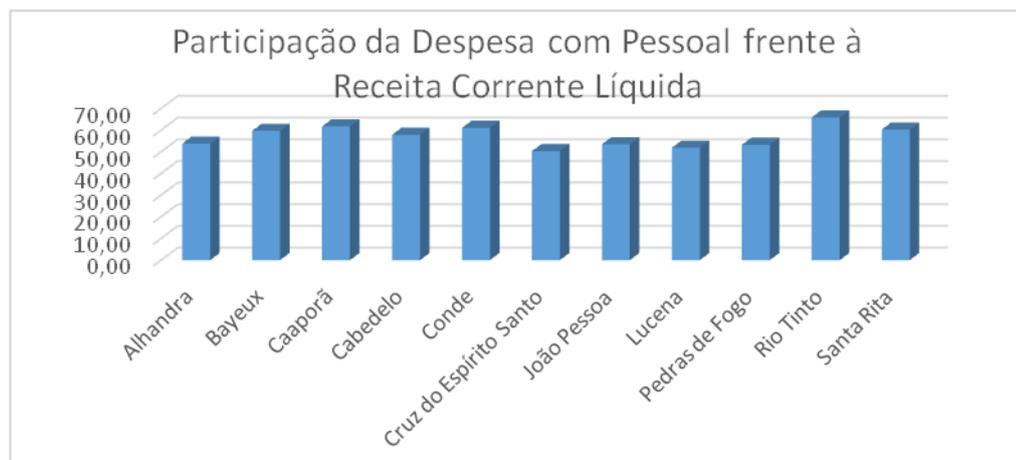


**Fonte:** Elaboração própria (2016).

IND6 Participação da Despesa com Pessoal frente à Receita Corrente  
Líquida

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	53,72
2501807	Bayeux	59,63
2503001	Caaporã	61,68
2503209	Cabedelo	57,81
2504603	Conde	61,00
2504900	Cruz do Espírito Santo	50,27
2507507	João Pessoa	53,44
2508604	Lucena	51,82
2511202	Pedras de Fogo	53,18
2512903	Rio Tinto	65,85
2513703	Santa Rita	60,21

Estatística Descritiva	
Média	57,15
Desvio padrão	4,94
Intervalo	15,57
Mínimo	50,27
Máximo	65,85
Contagem	11

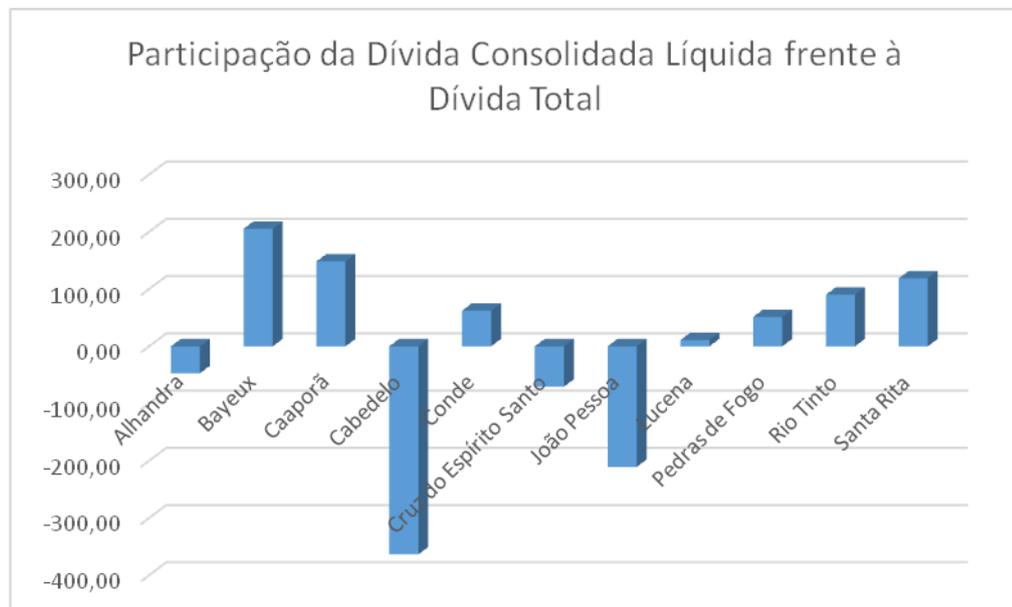


**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND7 Participação da Dívida Consolidada Líquida frente à Dívida Total

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	-46,93
2501807	Bayeux	205,48
2503001	Caaporã	148,29
2503209	Cabedelo	-363,59
2504603	Conde	62,22
2504900	Cruz do Espírito Santo	-70,60
2507507	João Pessoa	-210,68
2508604	Lucena	10,90
2511202	Pedras de Fogo	51,27
2512903	Rio Tinto	90,21
2513703	Santa Rita	118,74

Estatística Descritiva	
Média	- 0,43
Desvio padrão	166,38
Intervalo	569,07
Mínimo	- 363,59
Máximo	205,48
Contagem	11

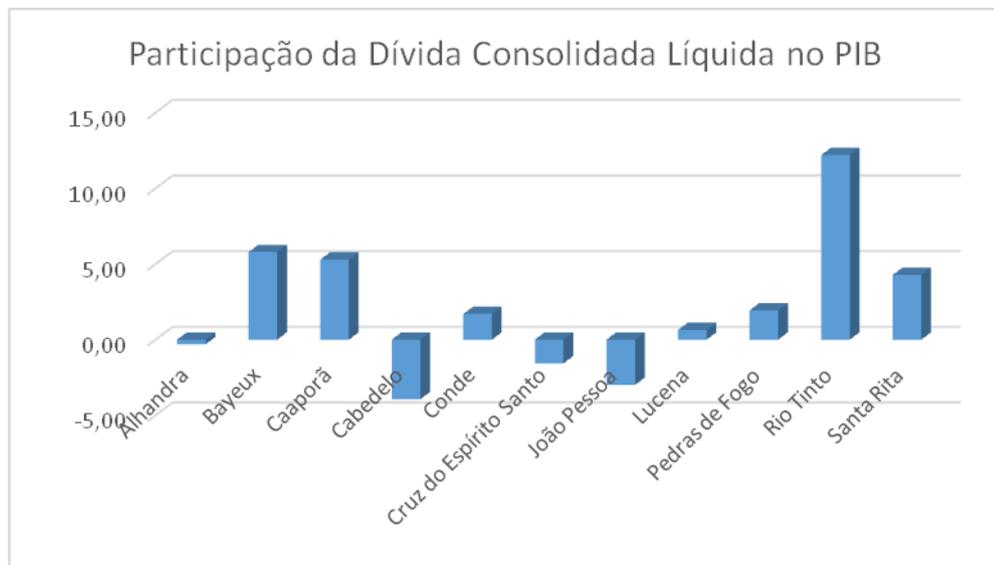


**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND8 Participação da Dívida Consolidada Líquida no PIB

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	-0,30
2501807	Bayeux	5,79
2503001	Caaporã	5,29
2503209	Cabedelo	-3,93
2504603	Conde	1,70
2504900	Cruz do Espírito Santo	-1,56
2507507	João Pessoa	-2,99
2508604	Lucena	0,64
2511202	Pedras de Fogo	1,94
2512903	Rio Tinto	12,20
2513703	Santa Rita	4,28

Estatística Descritiva	
Média	2,09
Desvio padrão	4,63
Intervalo	16,13
Mínimo	- 3,93
Máximo	12,20
Contagem	11



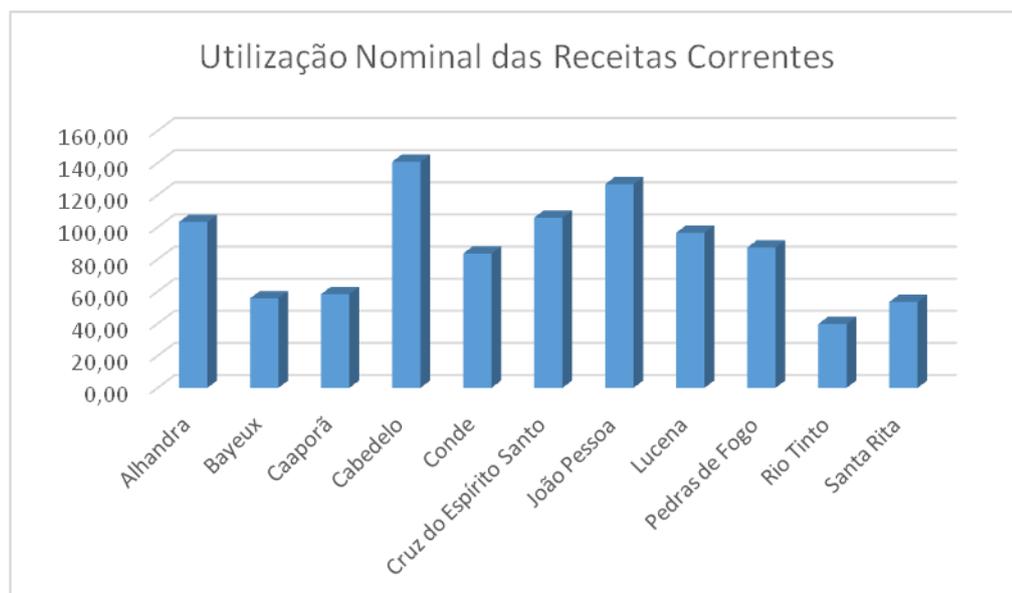
**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND9 Utilização Nominal das Receitas Correntes

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	103,23
2501807	Bayeux	55,67
2503001	Caaporã	58,29
2503209	Cabedelo	140,64
2504603	Conde	83,58
2504900	Cruz do Espírito Santo	105,90
2507507	João Pessoa	126,73
2508604	Lucena	96,54
2511202	Pedras de Fogo	87,33
2512903	Rio Tinto	39,70
2513703	Santa Rita	53,42

## Estatística Descritiva

Média	86,46
Desvio padrão	32,17
Intervalo	100,94
Mínimo	39,70
Máximo	140,64
Contagem	11



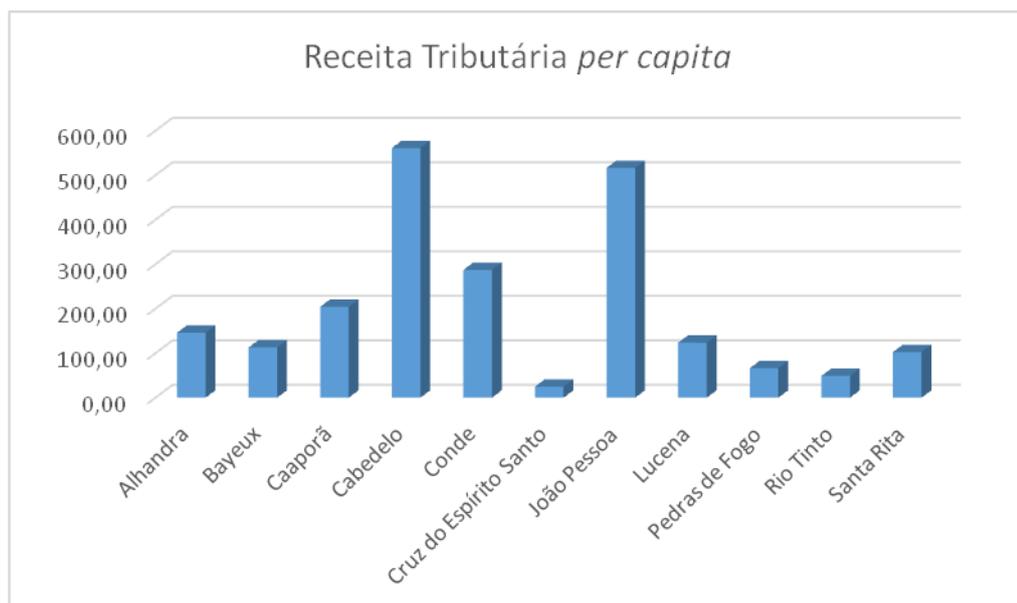
**Fonte:** Elaboração própria (2016).

IND10 Receita Tributária *per capita*

Código	Município	Indicador R\$
2500601	Alhandra	145,99
2501807	Bayeux	112,97
2503001	Caaporã	204,25
2503209	Cabedelo	560,97
2504603	Conde	287,10
2504900	Cruz do Espírito Santo	24,72
2507507	João Pessoa	516,34
2508604	Lucena	123,51
2511202	Pedras de Fogo	66,14
2512903	Rio Tinto	48,90
2513703	Santa Rita	102,63

## Estatística Descritiva

Média	199,41
Desvio padrão	183,10
Intervalo	536,25
Mínimo	24,72
Máximo	560,97
Contagem	11

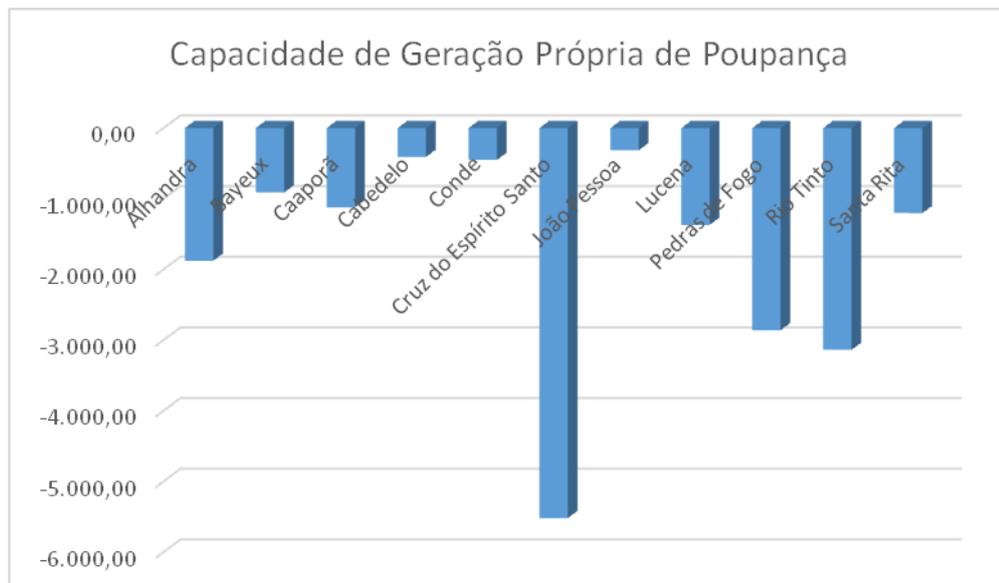


**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND11 Capacidade de Geração Própria de Poupança

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	-1.877,70
2501807	Bayeux	-912,31
2503001	Caaporã	-1.121,35
2503209	Cabedelo	-409,18
2504603	Conde	-451,12
2504900	Cruz do Espírito Santo	-5.518,41
2507507	João Pessoa	-314,02
2508604	Lucena	-1.370,15
2511202	Pedras de Fogo	-2.858,68
2512903	Rio Tinto	-3.137,85
2513703	Santa Rita	-1.202,50

Estatística Descritiva	
Média	- 1.743,03
Desvio padrão	1.563,97
Intervalo	5.204,40
Mínimo	- 5.518,41
Máximo	- 314,02
Contagem	11

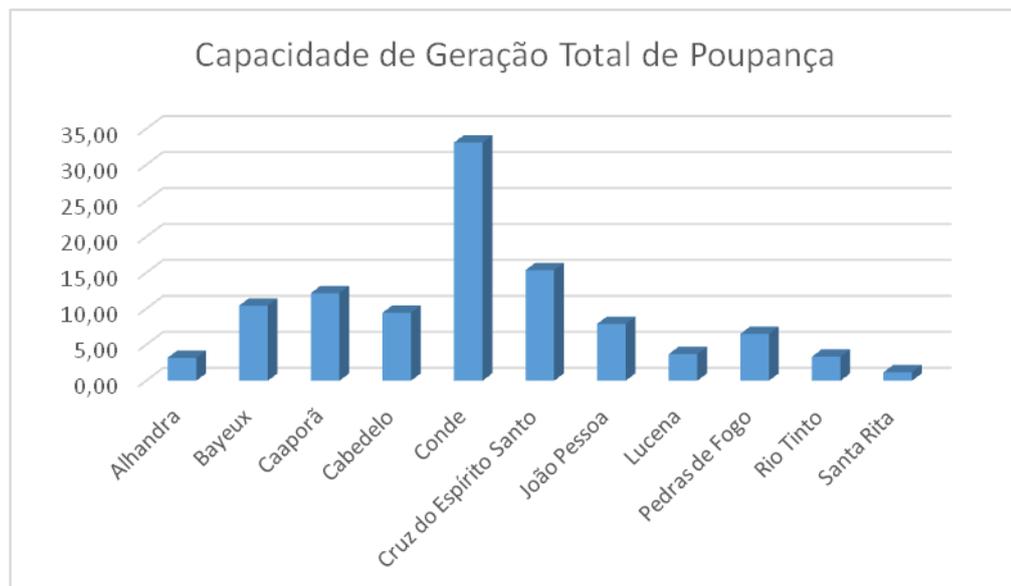


**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND12 Capacidade de Geração Total de Poupança

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	3,20
2501807	Bayeux	10,44
2503001	Caaporã	12,18
2503209	Cabedelo	9,43
2504603	Conde	33,10
2504900	Cruz do Espírito Santo	15,37
2507507	João Pessoa	7,90
2508604	Lucena	3,70
2511202	Pedras de Fogo	6,50
2512903	Rio Tinto	3,34
2513703	Santa Rita	1,18

Estatística Descritiva	
Média	9,67
Desvio padrão	8,89
Intervalo	31,92
Mínimo	1,18
Máximo	33,10
Contagem	11



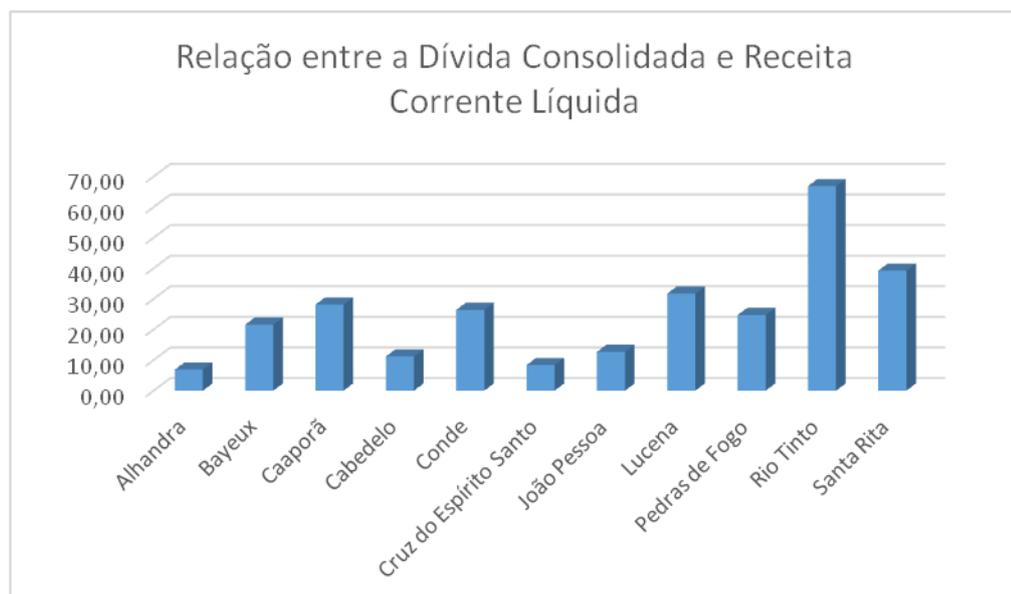
**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND13 Relação entre a Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	6,88
2501807	Bayeux	21,57
2503001	Caaporã	28,13
2503209	Cabedelo	11,18
2504603	Conde	26,39
2504900	Cruz do Espírito Santo	8,36
2507507	João Pessoa	12,69
2508604	Lucena	31,74
2511202	Pedras de Fogo	24,72
2512903	Rio Tinto	66,84
2513703	Santa Rita	39,23

## Estatística Descritiva

Média	25,25
Desvio padrão	17,23
Intervalo	59,96
Mínimo	6,88
Máximo	66,84
Contagem	11

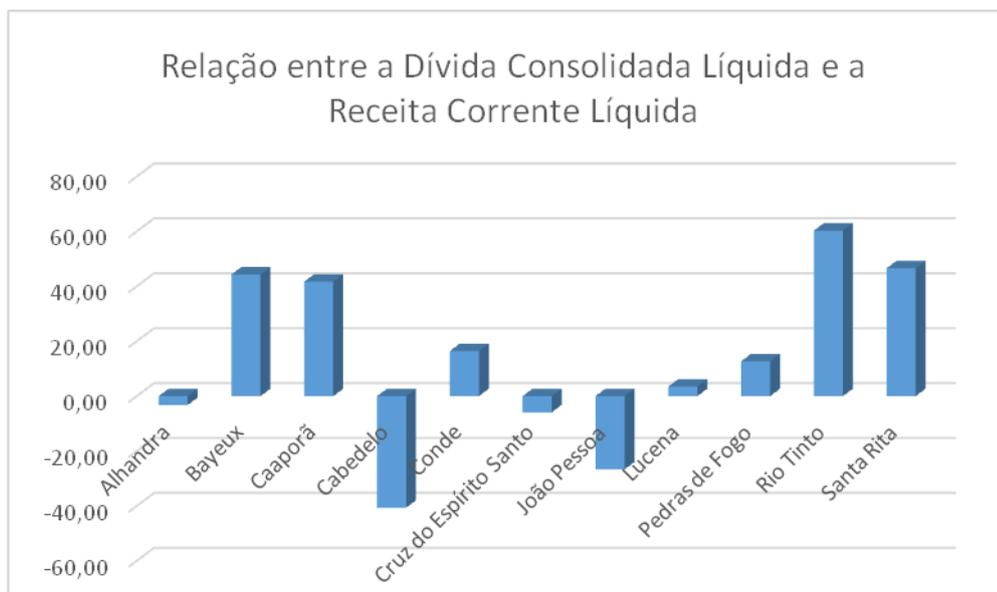


Fonte: Elaboração própria (2016).

IND14 Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	-3,23
2501807	Bayeux	44,33
2503001	Caaporã	41,71
2503209	Cabedelo	-40,64
2504603	Conde	16,42
2504900	Cruz do Espírito Santo	-5,90
2507507	João Pessoa	-26,73
2508604	Lucena	3,46
2511202	Pedras de Fogo	12,67
2512903	Rio Tinto	60,30
2513703	Santa Rita	46,58

Estatística Descritiva	
Média	13,54
Desvio padrão	32,17
Intervalo	100,94
Mínimo	- 40,64
Máximo	60,30
Contagem	11

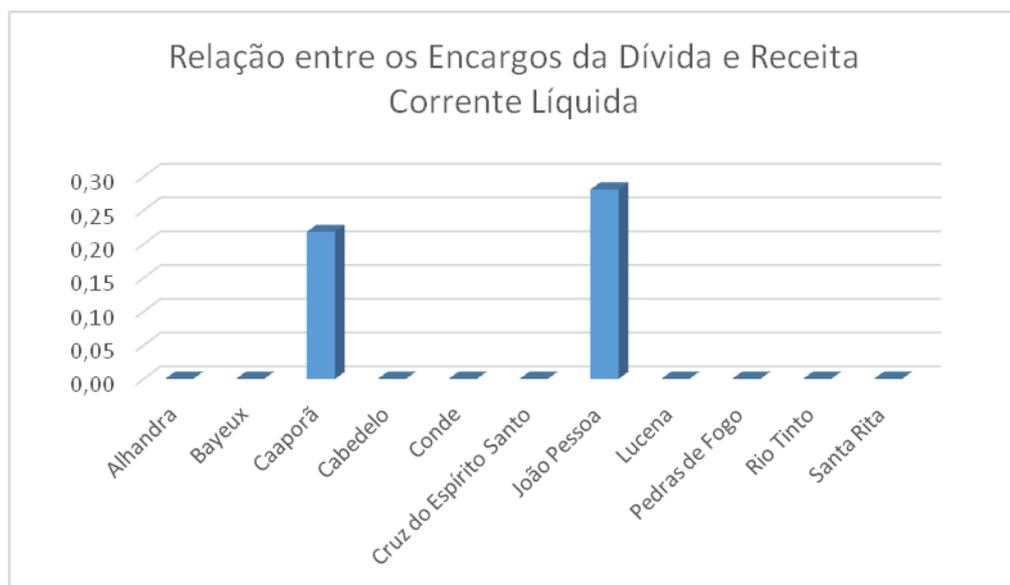


**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND15 Relação entre os Encargos da Dívida e Receita Corrente Líquida

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	0,00
2501807	Bayeux	0,00
2503001	Caaporã	0,22
2503209	Cabedelo	0,00
2504603	Conde	0,00
2504900	Cruz do Espírito Santo	0,00
2507507	João Pessoa	0,28
2508604	Lucena	0,00
2511202	Pedras de Fogo	0,00
2512903	Rio Tinto	0,00
2513703	Santa Rita	0,00

Estatística Descritiva	
Média	0,05
Desvio padrão	0,10
Intervalo	0,28
Mínimo	-
Máximo	0,28
Contagem	11

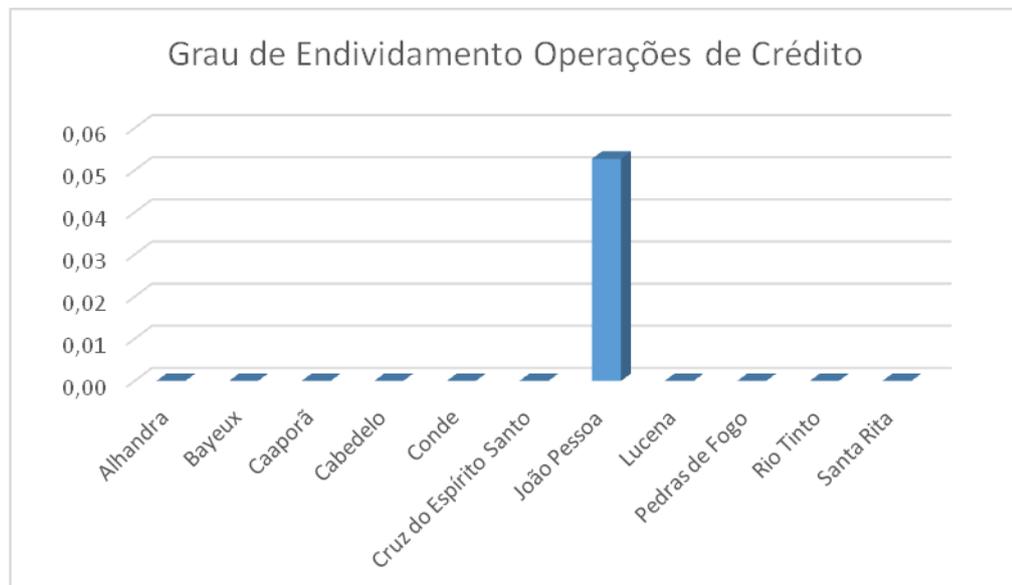


**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND16 Grau de Endividamento Operações de Crédito

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	0,00
2501807	Bayeux	0,00
2503001	Caaporã	0,00
2503209	Cabedelo	0,00
2504603	Conde	0,00
2504900	Cruz do Espírito Santo	0,00
2507507	João Pessoa	0,05
2508604	Lucena	0,00
2511202	Pedras de Fogo	0,00
2512903	Rio Tinto	0,00
2513703	Santa Rita	0,00

Estatística Descritiva	
Média	0,00
Desvio padrão	0,02
Intervalo	0,05
Mínimo	-
Máximo	0,05
Contagem	11

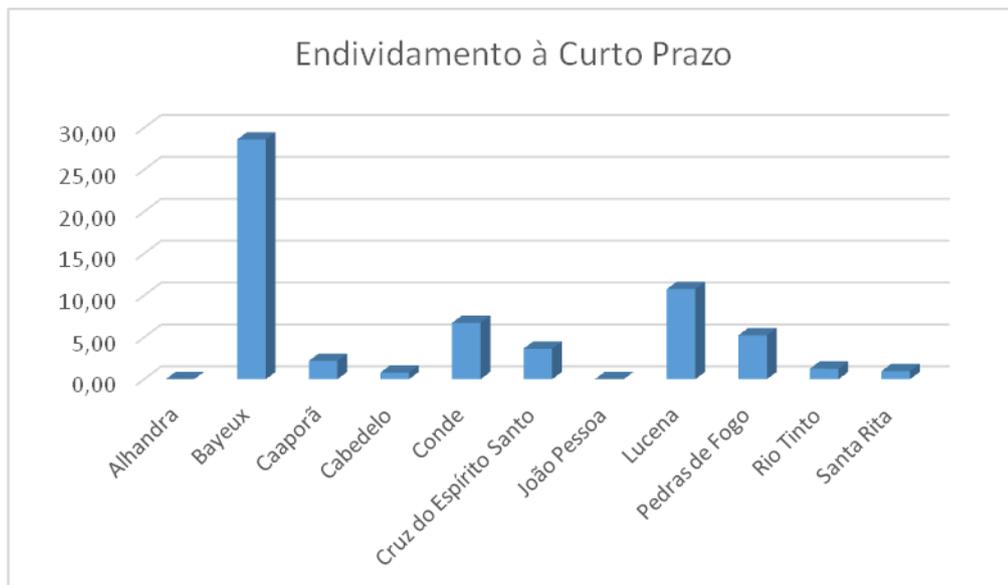


**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND17 Endividamento à Curto Prazo

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	0,00
2501807	Bayeux	28,60
2503001	Caaporã	2,19
2503209	Cabedelo	0,80
2504603	Conde	6,73
2504900	Cruz do Espírito Santo	3,65
2507507	João Pessoa	0,03
2508604	Lucena	10,75
2511202	Pedras de Fogo	5,24
2512903	Rio Tinto	1,26
2513703	Santa Rita	0,96

Estatística Descritiva	
Média	5,47
Desvio padrão	8,35
Intervalo	28,60
Mínimo	-
Máximo	28,60
Contagem	11



**Fonte:** Elaboração própria (2016).

## IND18 Participação das Receitas de Capital sobre a Receita Total

Código	Município	Indicador %
2500601	Alhandra	2,02
2501807	Bayeux	0,46
2503001	Caaporã	0,94
2503209	Cabedelo	0,29
2504603	Conde	1,68
2504900	Cruz do Espírito Santo	0,34
2507507	João Pessoa	2,32
2508604	Lucena	1,96
2511202	Pedras de Fogo	0,12
2512903	Rio Tinto	4,62
2513703	Santa Rita	1,13

Estatística Descritiva	
Média	1,44
Desvio padrão	1,31
Intervalo	4,50
Mínimo	0,12
Máximo	4,62
Contagem	11



**Fonte:** Elaboração própria (2016).

IND19 Receitas de Capital *per capita*

Código	Município	Indicador
2500601	Alhandra	63,71
2501807	Bayeux	5,92
2503001	Caaporã	25,04
2503209	Cabedelo	9,59
2504603	Conde	40,32
2504900	Cruz do Espírito Santo	5,66
2507507	João Pessoa	57,20
2508604	Lucena	40,37
2511202	Pedras de Fogo	3,09
2512903	Rio Tinto	79,35
2513703	Santa Rita	15,80

## Estatística Descritiva

Média	31,46
Desvio padrão	26,54
Intervalo	76,26
Mínimo	3,09
Máximo	79,35
Contagem	11

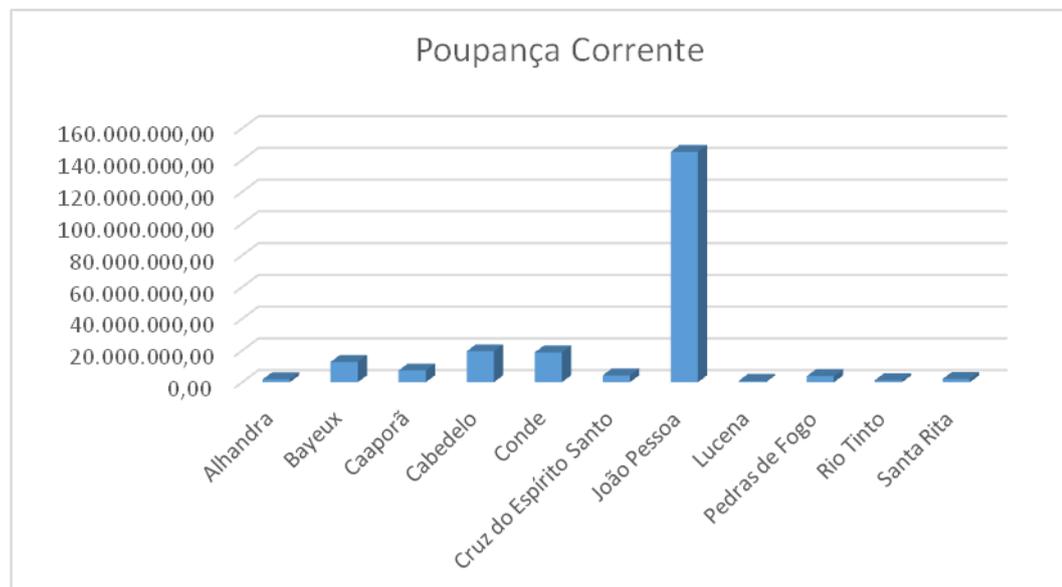


Fonte: Elaboração própria (2016).

## IND20 Poupança Corrente

Código	Município	Indicador
2500601	Alhandra	1.834.197,14
2501807	Bayeux	12.819.596,12
2503001	Caaporã	7.454.639,79
2503209	Cabedelo	19.524.625,12
2504603	Conde	18.766.770,00
2504900	Cruz do Espírito Santo	4.342.022,64
2507507	João Pessoa	145.170.408,94
2508604	Lucena	892.717,81
2511202	Pedras de Fogo	3.849.598,23
2512903	Rio Tinto	1.315.188,62
2513703	Santa Rita	2.153.605,86

Estatística Descritiva	
Média	19.829.397,30
Desvio padrão	42.126.844,81
Intervalo	144.277.691,13
Mínimo	892.717,81
Máximo	145.170.408,94
Contagem	11



**Fonte:** Elaboração própria (2016).

### Resultados PROMETHEE II – 2015 – Geral Após Imputação

Município	Ano	IND_1	IND_2	IND_3	IND_4	IND_5	IND_6	IND_7	IND_8	IND_9	IND_10	IND_11	IND_12	IND_13	IND_14	IND_15	IND_16	IND_17	IND_18	IND_19	IND_20
Alhandra	2015	4,62	86,94	68,63	91,18	6,80	53,72	-46,93	-0,30	103,23	145,99	-1.877,70	3,20	6,88	-3,23	0,00	0,00	0,00	2,02	63,71	1.834.197,14
Bayeux	2015	8,81	86,87	90,11	88,59	4,78	59,63	205,48	5,79	55,67	112,97	-912,31	10,44	21,57	44,33	0,00	0,00	28,60	0,46	5,92	12.819.596,12
Caaporã	2015	7,68	94,36	118,15	94,81	5,19	61,68	148,29	5,29	58,29	204,25	-1.121,35	12,18	28,13	41,71	0,22	0,00	2,19	0,94	25,04	7.454.639,79
Cabedelo	2015	16,80	62,38	103,03	89,33	5,80	57,81	-363,59	-3,93	140,64	560,97	-409,18	9,43	11,18	-40,64	0,00	0,00	0,80	0,29	9,59	19.524.625,12
Conde	2015	11,93	80,54	69,49	85,81	6,82	61,00	62,22	1,70	83,58	287,10	-451,12	33,10	26,39	16,42	0,00	0,00	6,73	1,68	40,32	18.766.770,00
Cruz do Espírito Santo	2015	1,50	108,94	55,61	95,98	4,02	50,27	-70,60	-1,56	105,90	24,72	-5.518,41	15,37	8,36	-5,90	0,00	0,00	3,65	0,34	5,66	4.342.022,64
João Pessoa	2015	20,91	64,12	98,38	94,84	4,18	53,44	-210,68	-2,99	126,73	516,34	-314,02	7,90	12,69	-26,73	0,28	0,05	0,03	2,32	57,20	145.170.408,94
Lucena	2015	5,99	79,24	180,78	90,58	5,70	51,82	10,90	0,64	96,54	123,51	-1.370,15	3,70	31,74	3,46	0,00	0,00	10,75	1,96	40,37	892.717,81
Pedras de Fogo	2015	2,66	73,03	52,06	79,97	3,36	53,18	51,27	1,94	87,33	66,14	-2.858,68	6,50	24,72	12,67	0,00	0,00	5,24	0,12	3,09	3.849.598,23
Rio Tinto	2015	2,85	90,32	91,74	94,24	5,76	65,85	90,21	12,20	39,70	48,90	-3.137,85	3,34	66,84	60,30	0,00	0,00	1,26	4,62	79,35	1.315.188,62
Santa Rita	2015	7,31	81,37	89,56	92,43	6,15	60,21	118,74	4,28	53,42	102,63	-1.202,50	1,18	39,23	46,58	0,00	0,00	0,96	1,13	15,80	2.153.605,86

Fonte: Elaboração própria (2016).

<b>Alhandra</b>		
<b>Síntese das Informações</b>	<b>Valor</b>	<b>Dimensão</b>
Área da unidade territorial - 2015	182,664	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	12	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	4.057	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	839	matrículas
Número de unidades locais	323	unidades
Pessoal ocupado total	4.037	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	31.794,04	reais
População residente	18.007	peessoas
População residente - Homens	8.864	peessoas
População residente - Mulheres	9.143	peessoas
População residente alfabetizada	11.918	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	5.783	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	11.793	peessoas
População residente, religião espírita	52	peessoas
População residente, religião evangélicas	3.759	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	795,62	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	928,91	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	170	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	226,4	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,582	IDH-M

**Fonte:** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<b>Bayeux</b>		
<b>Síntese das Informações</b>	<b>Valor</b>	<b>Dimensão</b>
Área da unidade territorial - 2015	27,536	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	29	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	13.694	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	2.977	matrículas
Número de unidades locais	1.096	unidades
Pessoal ocupado total	11.022	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	9.871,94	reais
População residente	99.716	peessoas
População residente - Homens	47.736	peessoas
População residente - Mulheres	51.980	peessoas
População residente alfabetizada	77.199	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	32.002	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	55.596	peessoas
População residente, religião espírita	489	peessoas
População residente, religião evangélicas	26.485	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	3.126,72	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.343,93	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	355,75	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	282,5	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,649	IDH-M

**Fonte:** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<b>Caaporã</b>		
<b>Síntese das Informações</b>	<b>Valor</b>	<b>Dimensão</b>
Área da unidade territorial - 2015	150,168	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	12	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	4.300	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	523	matrículas
Número de unidades locais	147	unidades
Pessoal ocupado total	4.622	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	19.549,56	reais
População residente	20.362	peessoas
População residente - Homens	10.090	peessoas
População residente - Mulheres	10.272	peessoas
População residente alfabetizada	13.849	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	7.163	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	9.457	peessoas
População residente, religião espírita	57	peessoas
População residente, religião evangélicas	5.310	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.142,73	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.008,03	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	170	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	215	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,602	IDH-M

**Fonte:** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<b>Cabedelo</b>		
<b>Síntese das Informações</b>	<b>Valor</b>	<b>Dimensão</b>
Área da unidade territorial - 2015	31,915	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	29	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	6.602	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	1.313	matrículas
Número de unidades locais	1.474	unidades
Pessoal ocupado total	23.174	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	32.977,22	reais
População residente	57.944	peessoas
População residente - Homens	27.630	peessoas
População residente - Mulheres	30.314	peessoas
População residente alfabetizada	47.105	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	19.913	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	36.476	peessoas
População residente, religião espírita	518	peessoas
População residente, religião evangélicas	13.691	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	-	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	3.441,05	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	-	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	400	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,748	IDH-M

**Fonte:** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<b>Conde</b>		
<b>Síntese das Informações</b>	<b>Valor</b>	<b>Dimensão</b>
Área da unidade territorial - 2015	172,95	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	13	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	4.605	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	723	matrículas
Número de unidades locais	346	unidades
Pessoal ocupado total	4.695	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	23.832,30	reais
População residente	21.400	peessoas
População residente - Homens	10.763	peessoas
População residente - Mulheres	10.637	peessoas
População residente alfabetizada	14.820	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	7.271	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	14.635	peessoas
População residente, religião espírita	162	peessoas
População residente, religião evangélicas	4.559	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.422,88	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.132,86	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	220	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	240	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,618	IDH-M

**Fonte:** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<b>Cruz do Espírito Santo</b>		
<b>Síntese das Informações</b>	<b>Valor</b>	<b>Dimensão</b>
Área da unidade territorial - 2015	191,104	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	5	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	3.091	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	398	matrículas
Número de unidades locais	77	unidades
Pessoal ocupado total	1.242	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	6.332,63	reais
População residente	16.257	peessoas
População residente - Homens	8.093	peessoas
População residente - Mulheres	8.164	peessoas
População residente alfabetizada	9.990	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	5.100	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	11.447	peessoas
População residente, religião espírita	-	peessoas
População residente, religião evangélicas	2.627	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	816,66	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	936,03	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	170	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	222,75	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,552	IDH-M

**Fonte:** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<b>João Pessoa</b>		
<b>Síntese das Informações</b>	<b>Valor</b>	<b>Dimensão</b>
Área da unidade territorial - 2015	211,475	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	208	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	94.940	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	27.392	matrículas
Número de unidades locais	19.225	unidades
Pessoal ocupado total	326.765	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	19.284,91	reais
População residente	723.515	peessoas
População residente - Homens	337.783	peessoas
População residente - Mulheres	385.732	peessoas
População residente alfabetizada	611.738	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	244.062	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	457.793	peessoas
População residente, religião espírita	12.471	peessoas
População residente, religião evangélicas	173.886	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	1.187,55	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	3.263,64	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	355	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	510	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,763	IDH-M

**Fonte:** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<b>Lucena</b>		
<b>Síntese das Informações</b>	<b>Valor</b>	<b>Dimensão</b>
Área da unidade territorial - 2015	88,549	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	9	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	2.401	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	306	matrículas
Número de unidades locais	137	unidades
Pessoal ocupado total	2.260	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	10.808,14	reais
População residente	11.730	peessoas
População residente - Homens	5.832	peessoas
População residente - Mulheres	5.898	peessoas
População residente alfabetizada	7.867	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	3.754	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	7.235	peessoas
População residente, religião espírita	20	peessoas
População residente, religião evangélicas	2.923	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	783,69	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.179,11	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	155,5	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	202	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,583	IDH-M

**Fonte:** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<b>Pedras de Fogo</b>		
<b>Síntese das Informações</b>	<b>Valor</b>	<b>Dimensão</b>
Área da unidade territorial - 2015	404,882	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	17	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	4.541	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	842	matrículas
Número de unidades locais	242	unidades
Pessoal ocupado total	4.810	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	13.794,76	reais
População residente	27.032	peessoas
População residente - Homens	13.467	peessoas
População residente - Mulheres	13.565	peessoas
População residente alfabetizada	17.460	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	9.985	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	20.088	peessoas
População residente, religião espírita	76	peessoas
População residente, religião evangélicas	4.130	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	844,78	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.159,47	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	167,5	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	239,5	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,59	IDH-M

**Fonte:** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<b>Pitumbu</b>		
<b>Síntese das Informações</b>	<b>Valor</b>	<b>Dimensão</b>
Área da unidade territorial - 2015	136,435	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	6	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	2.629	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	306	matrículas
Número de unidades locais	81	unidades
Pessoal ocupado total	1.023	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	7.105,68	reais
População residente	17.024	peessoas
População residente - Homens	8.609	peessoas
População residente - Mulheres	8.415	peessoas
População residente alfabetizada	10.821	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	5.872	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	8.917	peessoas
População residente, religião espírita	40	peessoas
População residente, religião evangélicas	3.728	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	731,73	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	899,88	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	142,4	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	186,8	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,57	IDH-M

**Fonte:** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<b>Rio Tinto</b>		
<b>Síntese das Informações</b>	<b>Valor</b>	<b>Dimensão</b>
Área da unidade territorial - 2015	465,666	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	13	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	3.475	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	604	matrículas
Número de unidades locais	230	unidades
Pessoal ocupado total	3.910	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	8.145,97	reais
População residente	22.976	peessoas
População residente - Homens	11.310	peessoas
População residente - Mulheres	11.666	peessoas
População residente alfabetizada	15.445	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	7.632	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	17.667	peessoas
População residente, religião espírita	41	peessoas
População residente, religião evangélicas	2.921	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	646,84	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.200,97	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	138,5	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	268,33	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,585	IDH-M

**Fonte:** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<b>Santa Rita</b>		
<b>Síntese das Informações</b>	<b>Valor</b>	<b>Dimensão</b>
Área da unidade territorial - 2015	730,205	km <sup>2</sup>
Estabelecimentos de Saúde SUS	52	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2015	20.529	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2015	4.616	matrículas
Número de unidades locais	1.337	unidades
Pessoal ocupado total	22.319	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2013	14.243,84	reais
População residente	120.310	peessoas
População residente - Homens	58.119	peessoas
População residente - Mulheres	62.191	peessoas
População residente alfabetizada	87.244	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	39.135	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	67.346	peessoas
População residente, religião espírita	403	peessoas
População residente, religião evangélicas	31.022	peessoas
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Rural	838,85	reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio - Urbana	1.253,27	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Rural	178,8	reais
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes - Urbana	266,67	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,627	IDH-M

**Fonte:** IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística